



**PROCESSO LICITATÓRIO nº 0015273/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 08/2026**

**01 – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO nº 08/2026.**

**02 – TIPO: MENOR VALOR GLOBAL.**

**03 – ORGÃO DEMANDANTE:** Secretaria Municipal de Saúde.

**04 – OBJETO:** Registro de preços para eventual contratação de empresa terceirizada para estudo transversal de saúde com teleconsultas, aplicação de testes rápidos, exames cardiovasculares, vasculares e triagem desaúde, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Verde-MG, conforme Termo de Referência.

**05 – MODO DE DISPUTA:** aberto.

**06 – VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 1.342.400,76 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil mil, quatrocentos reais e setenta e seis centavos).

**07 – DATA BASE DOS ORÇAMENTOS:** Abril/2026.

**08 – AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO:** não será exigida.

**09 – ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não há Itens exclusivos para empresas enquadradas como ME/EPP/EQUIPARADAS.

**10 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preço.

**11 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da ordem de compra.

**12 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**13 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:** até 3 (três) dias úteis antes da data de apresentação das propostas.

**14 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** 30/06/2026, às 09h30 (horário de Brasília).

**15 – ABERTURA DA SESSÃO:** 30/06/2026, às 09h30 (horário de Brasília).

**16 – ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**17 – EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:**

Ayrton Carlos Rodrigues Junior – pregoeiro; e-mail: [licitacao@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@campinaverde.mg.gov.br) - telefone: 34-3412.9117; endereço: Rua Trinta – 296 – bairro Medalha Milagrosa – Campina Verde/MG – CEP: 38.270-000

**18 - LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:** Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 100/2023 e legislações pertinentes. **INFORMAÇÕES:** edital e anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos sites [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), <https://www.campinaverde.mg.gov.br>.



ou no setor de licitações, localizado no paço municipal ou via e-mail:  
[licitacao@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@campinaverde.mg.gov.br)

**Campina Verde/MG, 01 de Junho de 2026.**

**Ayrton Carlos Rodrigues Junior**  
**Pregoeiro**



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO nº 0015273/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO nº 08/2026**

**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE/MG**, com sede do Paço Municipal, localizado na Rua Trina – n. 296 – bairro Medalha Milagrosa, na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 18.457.291/0001-07, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, **Alan Borges de Oliveira**, e pelo Gestor de Saúde, Miguel Angelo de Oliveira Ribeiro, torna público que se encontra aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO nº 08/2026** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL – PROCESSO LICITATÓRIO nº 0015273/2026**. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Atenção à Saúde em Domicílio, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Campina Verde-MG, conforme Termo de Referência, anexo a este edital, que será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 100/2023 – e demais legislações pertinentes.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG, com sede na Rua Trinta – nº 296 – bairro Medalha Milagrosa, na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, iniciando-se no **dia 30/06/2026 às 09h30min** e será conduzida pelo pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados conforme Decreto Municipal .

**I - OBJETO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a registro de preços para eventual contratação de empresa terceirizada para estudo transversal de saúde com teleconsultas, aplicação de testes rápidos, exames cardiovasculares, vasculares e triagem de saúde, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Verde-MG, conforme Termo de Referência.

**1.1.1** A Contratada deverá entregar os serviços de acordo com a solicitação da Contratante conforme Ordens de Compra (OC), que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, preços unitário e total.

**1.1.2.** A contratada assumirá, para cada Ordem de Compra (OC) recebida, as obrigações contratuais estipuladas neste Termo de Referência.

**1.1.3.** Poderá ser solicitada a entrega a partir de 01 (uma) unidade de 01 (um) item de serviço, uma vez que as Solicitações se originam da Secretaria de Saúde desta Prefeitura para atender suas necessidades específicas.



**1.1.3.** O prazo previsto para entrega realizar os serviços será de até **30 (trinta)** dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Compra via e-mail oriundo do Setor de Licitações. Não sendo autorizado o fornecimento de qualquer serviço sem esta formalização.

**1.1.4.** As Notas Fiscais (NF) deverão conter, além de todos os tributos devidos, as informações relacionadas ao número e finalidade da Ordem de Compra e deverá ser faturada em nome da Prefeitura Municipal de Campina Verde – CNPJ: 18.457.291/0001-07.

**1.1.5.** Os serviços serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do Art. 140 da Lei Federal 14.133/2021.

**1.1.6.** O ato de recebimento dos serviços, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os serviços fornecidos serão submetidos à verificação, cabendo a Contratada a substituição dos mesmos que vierem a ser recusados.

**1.1.7.** Caso o serviços venha ser recusado, a Contratada deverá providenciar a substituição do mesmo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da comunicação da recusa por parte da Fiscalização deste Processo.

**1.1.8.** Para este ato, a fiscalização cabe somente aos Fiscais deste Processo e ao gestor deste processo.

**1.1.9.** A Contratada deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante até 03 (três) dias úteis antes do término do prazo previsto para a entrega dos serviços discriminado no item 3.3.1 deste Termo de Referência.

**1.1.11** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante em sua proposta comercial.

**1.1.12.** Estar pronta, em até 03 (Três) dias úteis, contados da assinatura da Ata/Contrato, para o recebimento e cumprimento das Ordens de Compra, oriundas deste processo, nos prazos previstos para entrega discriminados no item 3.3.1 deste Termo de Referência.

**1.1.13.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**1.1.14.** Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata no limite do quantitativo registrado, e em conformidade com as especificações, prazos, preço indicados na proposta.

**1.1.15.** Não entregar qualquer item sem o devido recebimento da Ordem de Compra (OC) oriunda do processo.

**1.1.16.** Providenciar a imediata substituição, sem ônus para a contratante, das deficiências apontadas pela



fiscalização na execução da Ata/Contratação bem como os serviços julgados defeituosos.

**1.1.17.** Caso necessário, contatar o fornecedor para realizar as notificações e impulsionar as eventuais aplicações de penalidades ou punições conforme sanções administrativas aos fornecedores, nos termos da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal direta, das autarquias, das fundações e dos fundos especiais do município de Campina Verde, e suas alterações posteriores.

**1.1.18.** A Gestão do Processo ficará a cargo do Gestor Municipal de Saúde **Miguel Angelo de Oliveira Ribeiro** e a fiscalização deste processo será exercida, nos termos no Art. 117 da Lei 14.133, pela servidora a seguir: **Quenia Borges de Assunção**.

**1.1.19.** Em caso de exoneração ou realocação do servidor, a fiscalização passará ao Gestor da Pasta ordenadora da despesa até que outro Servidor esteja no exercício das funções do anterior, apanhando para si as funções honoríficas.

**1.1.20.** O valor estimado nesta licitação não se enquadra no previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal n. 123/06, razão pela qual o objeto licitado **NÃO CONSTITUI COTA ÚNICA EXCLUSIVA**, ou seja, não é destinado à participação exclusiva das Microempresas — ME, Empresas de Pequeno Porte — EPP e Equiparados, ou seja, Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei Federal n. 11.488/07 e Empresários Individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar Federal n. 123/2006, conforme disposto no artigo 48, I, também da Lei Complementar nº 123/2006, artigo este com redação dada pela Lei Complementar Federal n. 147/2014.

**1.21.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**1.21.3.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações objeto da presente licitação, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

## **II – PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Poderão participar no certame os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que preencham as exigências de habilitação e condições estabelecidas neste edital e na Lei Federal nº 14.133/21 e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**2.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Prefeitura de Campina Verde/MG ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), através de manifestação de operador formalmente designado.



**2.3.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**2.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a prefeitura, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.6.** Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**2.7.** Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**2.8.** Ao participar deste certame, o licitante:

**2.8.1.** se responsabiliza, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**2.8.2.** se responsabiliza por acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

**2.8.3.** se responsabiliza em comunicar ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

**2.9.** No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “LICITANET” ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), o licitante deverá utilizar o suporte técnico através do telefone (34) 2512-6500 ou através do e-mail: [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br).

**2.10.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.11.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**2.12.** Cada empresa credenciada poderá participar por meio de um único representante legal, devidamente cadastrado.

**2.12.1.** Entende-se por representante legal da empresa credenciada aquele a quem o contrato social/estatuto confere os poderes para representar a sociedade, inclusive no que se refere a outorga de procurações.

**2.12.2.** Na sessão as licitantes poderão se fazer representar:

a) **diretamente** por um diretor ou um de seus sócios, proprietário ou dirigente com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **indiretamente** por meio de:

b.1.) PROCURAÇÃO PARTICULAR, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou

b.2.) PROCURAÇÃO OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou

b.3.) CARTA DE CREDENCIAMENTO específica, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência.

**2.13.** É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica se cadastrar, no mesmo certame, como representante legal de mais de uma empresa credenciada.

**2.14.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**2.15.** É de responsabilidade do credenciado e de seu representante manter as informações fornecidas sempre atualizadas, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.16.** A não observância do disposto no item anterior (2.12) poderá ensejar a exclusão do licitante no momento da habilitação.

**2.17.** Será exigida do vencedor do certame a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

**2.18.** Será vedada a participação, direta ou indireta, de licitante/interessado:

a) com falência decretada ou concordatária, salvo se em recuperação judicial e, neste caso, deverá ser apresentado o plano de recuperação.

b) descrito nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/21;

c) descrito no caput, incisos e parágrafos do art. 14 da Lei n. 14.133/21;

d) inidônea para licitar ou contratar, assim declarada pela União, ou por qualquer Estado ou por Municípios e aquelas impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com o Município de Campina





Verde/MG;

e) cujo ramo de atividade não abranja a prestação dos serviços licitados;

f) proibidas de contratar ou licitar com o Poder Público em virtude de condenação civil por ato de improbidade administrativa, constante no Conselho Nacional de Justiça;

g) que não estejam legalmente constituídas;

h) que não satisfaçam as exigências editalícias;

i) que possua em seu quadro diretivo ou societário e/ou entre seus dirigentes e responsáveis técnicos: i.1.)

membro ou servidor do quadro de pessoal da prefeitura municipal de Campina Verde/MG;

i.2.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura do Município de Campina Verde/MG para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização ou outros cuja execução, concomitantemente com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;

i.3.) cônjuge, companheiro ou parente até 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade, de membros ou servidores da prefeitura do município de Campina Verde/MG;

i.4.) agente público da Prefeitura de Campina Verde/MG.

j) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

k) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observados os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas previstas neste edital e na legislação vigente.

l) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

m) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

n) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

o) que não cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários;

p) entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil – OSC atuando nessa condição (TCU – Acórdão n. 2426/2020);





q) pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

## **DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO**

**2.19.** Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

**2.20.** A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

**2.21.** A empresa consorciada deverá entregar, junto com os documentos de habilitação:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.

**2.22.** A empresa líder do consórcio será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

**2.23.** Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

**2.24.** Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

**2.25.** O licitante vencedor consorciado é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 2.18 -“a”, que deverá prever:

**2.25.1.** Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

**2.25.2.** Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

**2.25.3.** Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade



contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;

**2.25.4.** Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;

**2.25.5.** Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

**2.25.6.** Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

**2.26.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**2.27.** A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**2.28.** O consórcio deverá ser formado exclusivamente por ME/EPP/EQUIPARADAS, exceto se não estiver participando deste certame nenhuma ME/EPP/EQUIPARADAS.

**2.29.** Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:**

**2.30.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando: I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à



Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

## **MICROEMPRESAS E ASSEMELHADOS**

**2.31.** Serão concedidos o tratamento e benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei Federal n. 14.133/21 e ao microempreendedor individual -MEI, nos limites previstos na Lei Complementar Federal n. 123/2006 e equiparadas que comprovarem sua regular situação e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21.

**2.31.1.** Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.

**2.31.2.** Para o exercício do direito de preferência e fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista, previstos neste edital, a condição de microempresa, ou de empresa de pequeno porte, ou de sociedade cooperativa, ou de microempreendedor individual - MEI, deverá restar provada documentalmente neste certame.

**2.32.** Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**2.33.** A Administração Pública inabilitará, desclassificará ou rescindir o contrato, conforme for o caso e de acordo com a fase procedimental em que se encontre esta licitação, quando evidenciada a ocorrência de quaisquer fatos ou circunstâncias descritas nesta cláusula.

**2.34.** A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; bem a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**2.35.** O licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão por seus representantes devidamente credenciados.

**2.36.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas condições e obrigações



inerentes ao certame.

### **III – CREDENCIAMENTO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (LICITANET), a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso a funcionalidade esteja disponível), que:

Obs.: As declarações que o sistema não facultar em campo próprio devem ser apresentadas pelo licitante detentor da melhor proposta juntamente com seus documentos de habilitação.

**3.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**3.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.1.** No caso de licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**3.4.2.** No caso de licitação em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o



licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**3.4.3.** Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no art. 299 do Código Penal e neste Edital.

**3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.10.1.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.11.** Para que microempresas, empresas de pequeno porte, microempresários individuais e sociedade cooperativas tenham o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, no ato do credenciamento, deverão apresentar comprovante de tal enquadramento e obediências aos termos do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21 por todos os meios juridicamente



idôneos.

**3.12.** A pessoa credenciada, por qualquer forma, deverá ter poderes específicos para:

- a.) manifestar-se em nome da proponente, inclusive ofertar lances;
- b.) desistir da interposição de eventuais recursos; e,
- c.) assinar contrato/ata.

**3.13.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

#### **IV – INCLUSÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA**

**4.1.** A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado “LICITANET” no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) no ícone “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

**4.1.1.** As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo telefone (34) 2512-6500 ou através do e-mail: [forneecedor@licitanet.com.br](mailto:forneecedor@licitanet.com.br).

**4.1.2.** Para a inclusão das propostas, o representante credenciado, deverá aceitar eletronicamente:

- a) o “**Termo de Credenciamento**” possibilitando à Administração conhecer qual representante está autorizado pela licitante a participar da presente licitação;
- b) a “**Declaração de Habilitação**” informando que atende aos requisitos de habilitação exigidos no presente pregão.

**4.1.3.** O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.1.3.1.** O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.1.3.2.** Para os fins do disposto no subitem 4.1.3 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.



**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental indicados neste Edital, **necessariamente antes da data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

**4.2.1.** Os documentos relacionados à fase de habilitação devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto neste Edital.

**4.2.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

**4.2.3.** Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**4.3.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Departamento de Licitações a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.5.** Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.6.** Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## **V – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA**

**5.1.** As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os **campos disponíveis** contendo os dados e conforme as regras abaixo:

a) **preço unitário** e total, expresso em moeda corrente nacional apurado à data da sua apresentação, com até **duas casas decimais**, em algarismo, incluídos além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos incidentes e transporte, assim como todas despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiros ou previsão inflacionária;

b) **prazo de validade da proposta: 60 dias** contados da data limite para sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o pregoeiro considerará o prazo acima mencionado;





c) **condições de pagamento:** 30 (trinta) dias após a realização do objeto, de acordo com quantidade e mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais;

d) **prazo de início de execução:** conforme Termo de Referência;

e) **prazo de pagamento:** em conformidade com o Termo de Referência;

f) **deve ser preenchido o campo MARCA/MODELO. (SE FOR O CASO)**

f.1.) Poderá ser desclassificado o licitante que preencher indevidamente o campo MARCA/MODELO, caso seja possível identificá-lo antes do julgamento das propostas;

g) no campo “Anexar Documentos de Proposta”: documento que descreva o objeto, observando as especificações do Termo de Referência, com a indicação da marca e/ou modelo apenas do **bem** ofertado;

h) na opção “Catálogo”: catálogos, encartes, folhetos técnicos ou “folders” dos materiais ofertados, devendo conter as especificações mínimas do Termo de Referência e atender os seguintes enunciados:

h.1.) quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;

h.2.) caso no documento anexado constem diversos modelos, o pregoeiro solicitará que o licitante identifique/destaque qual a marca/modelo que estará concorrendo na licitação.

**5.2.** Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas, custos operacionais e encargos tributários, previdenciários, trabalhistas, comerciais e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento do objeto da presente licitação.

**5.3.** A proposta de preços poderá se fazer acompanhar de catálogos, prospectos, manuais descritivos de algum dos serviços ou produtos ofertados, contendo informações técnicas sobre o mesmo, além de outros documentos que o licitante entender como convenientes para a perfeita caracterização do mesmo e que comprovem que o produto atende as especificações do edital.

**5.4.** A proposta financeira não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

**5.5.** Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.

**5.6.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

**5.7.** As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, de maneira que a apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**5.8. Serão desclassificadas as propostas que:**

a) não atendam às condições, especificações e prazos estabelecidos no edital e anexos;

b) contiverem vícios insanáveis;

c) apresentem **VALOR UNITÁRIO** ou **VALOR GLOBAL** superiores aos limites estabelecidos no termo de referência anexo a este edital;



d) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou que estiverem acima do orçamento estimado da contratação, conforme previsto no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21;

e) apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, exceto quando se referirem aos serviços, instalações e materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie parcela ou a totalidade da remuneração;

f) não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração;

g) apresentem desconformidade com quaisquer exigências do edital, desde que insanável.

**5.9.** A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**5.10.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de **inexecuibilidade** das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexecuibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**5.11.** No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas **inexecuíveis** as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

**5.12.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro poderá, para fins de subsidiar sua decisão quanto à aceitabilidade, realizar **diligências** para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que comprovem a exequibilidade da proposta, no sentido de: -

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

**5.13.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**5.14.** Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**a)** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**b)** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**5.15.** Para os fins do disposto neste item, considera-se **vício sanável**, entre outros, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

**5.16.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**5.16.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**5.16.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.17.** Os preços registrados poderão sofrer reajustes nos termos do artigo 136 da Lei Federal n. 14.133/21.

**5.18.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.19.** Uma vez aberta a sessão pública não será aceita sua retirada, desistência ou substituição da proposta financeira, cabendo ao licitante a responsabilidade civil e penal pelo descritivo que apresentar.

**5.19.1.** O licitante que retirar ou desistir de sua proposta será punido na forma estabelecida neste edital.

**5.20.** Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário da sessão, ao prazo fixado para entrega da documentação, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

## **VI – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E PROCEDIMENTO**

**6.1.** O critério de julgamento adotado é o **MENOR VALOR GLOBAL**.

**6.2.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.3.** O Pregoeiro verificará a descrição do objeto ofertado e desclassificará sumariamente:

- a) as propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no termo de referência e neste edital;
- b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

**6.4.1.** Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o pregoeiro ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

**6.4.2.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.5.** A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

**6.6.** A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária, ficando a referida análise relegada à fase seguinte a apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

**6.7.** A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.8.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.9.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.



**6.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 5 (cinco) minutos indicados pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**6.12.** As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances verbais.

**6.13.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.14.** Serão realizadas rodadas de lances para cada um dos itens das propostas de menor preço ofertadas por escrito.

**6.15.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima (intervalo mínimo de diferença de valores) entre os lances de **1% (um por cento)**, aplicável inclusive em relação ao primeiro (art. 57, da Lei Federal n. 14.133/2021).

**6.16.** A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre **preço unitário da proposta**.

**6.17.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

**6.18.** O intervalo mínimo de tempo entre os lances enviados pela mesma licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo de tempo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (TCU Ac. 1.216/14-P e 86/17-P).

**6.19.** Será adotado o modo de disputa “**aberto**” para o envio de lances no pregão eletrônico, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.20.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.21.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem 6.19, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação,

inclusive no caso de lances intermediários.



**6.22.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.23.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, conforme o subitem acima, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.24.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença entre esta e a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações (§4º do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021).

**6.25.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.26.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

## **CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**6.27.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

**6.27.1.** Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

**6.28.** A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

**a)** Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

**b)** Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

**6.29.** O tratamento diferenciado de que trata o subitem anterior não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

**6.30.** A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem se no ano-calendário de realização da licitação tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima



admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.31.** Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida, observado o disposto nos arts. 40 a 42 do Decreto Estadual nº 16.118/2023.

**6.32.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores:

- a) Primeiramente será garantida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município;
- b) Existindo mais que uma ME e EPP sediada no município, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- c) Não existindo ME ou EPP sediada no município, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## **DA NEGOCIAÇÃO**

**6.33.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

**6.34.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.35.** A negociação de que trata o subitem 6.33 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

**6.36.** Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

## **APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO**

**6.37.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, **incluída planilha de custo, se for o caso**, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a para o e-mail a ser informado durante a sessão, **no prazo de MÍNIMO DE 2 HORAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, contada a partir da solicitação do





Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

**6.38.** Nas licitações cujo critério de julgamento seja o “menor preço por item” e a formulação da proposta não exija a apresentação dos custos unitários, considerar-se-á o último lance ofertado pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar como proposta final, ficando dispensado do cumprimento da obrigação descrita no subitem 6.37 do edital.

## **JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**6.39.** Encerrada a etapa de negociação e apresentada a proposta adequada, se for o caso, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

**6.40.** Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

**6.40.1.** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.

**6.41.** Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

**6.42.** Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após o término do julgamento das propostas, manifestar em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, sob pena de preclusão.**

**6.43.** Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

**6.46.** O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto neste edital.

**6.47.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste edital.

## **FASE DE HABILITAÇÃO**

**6.48.** Inicialmente o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes->



[apf.apps.tcu.gov.br/](http://apf.apps.tcu.gov.br/) ;

b.1.) Nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); a consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU abrange o cadastro do CEIS e CNEP, assim como eventuais sanções aplicadas pela própria Corte de Contas da União e aquelas contidas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA).

b) Consulta de IMPEDIDOS, INIDONEOS perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

**6.49.** A consulta aos cadastros referidos no subitem será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**6.50.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

**6.51.** Caso o pregoeiro identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas.

**6.52.** Superada a consulta de que trata o subitem deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**6.53.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

**6.54.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**6.55.** As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**6.56.** Para fins de assinatura do contrato/ata, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



**6.57.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.58.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**6.59.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**6.60.** Para os fins previstos no subitem 6.61 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

**6.61.** O pregoeiro poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens 6.61 e 6.62 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

**6.62.** Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação.

**6.63.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.64.** Compete ao pregoeiro verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – a emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo



licitante.

- 6.64.1.** A emissão de que trata o inciso II do subitem 6.66 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.
- 6.65.** Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 6.66 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.
- 6.66.** Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 6.66 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese prevista no subitem 6.66 deste Edital.
- 6.67.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 6.68.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente na ordem de classificação.
- 6.69.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma dos subitens anteriores.
- 6.70.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.
- 6.71.** Após o encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens deste Edital.
- 6.72.** Qualquer licitante poderá, de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame, manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.
- 6.73.** Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.
- 6.74.** O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o quanto disposto neste Edital.
- 6.75.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, bem como a adequação do produto às características descritas no termo de referência, a licitante será habilitada e

declarada vencedora do certame. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação, até a apuração de uma oferta aceitável, cujo autor atenda aos requisitos de habilitação descritas no termo de referência, caso em que será declarado vencedor.

**6.76.** Não poderá haver desistência das propostas e/ou lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

**6.77.** Encerrada a etapa de lances, se houver a participação de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, terão preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**6.77.1.** O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**6.77.2.** A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item anterior.

**6.77.3.** Não havendo a apresentação de novo preço inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte cujos valores das propostas enquadrem nas condições do objeto.

**6.77.4.** No caso da melhor oferta na licitação já ter sido feita por uma microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

**6.78.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.79.** Os procedimentos indicados nos itens acima não serão levados em consideração quando:

a) o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021; e

b) o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**6.80.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



- 6.80.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.80.2.** Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.81.** O pregoeiro poderá realizar negociação com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.82.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.
- 6.83.** O pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço ofertado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.83.1.** Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.84.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do pregoeiro, será verificada o atendimento da proponente às condições de habilitação estipuladas neste Edital;
- 6.85.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação;
- 6.90.** A verificação será certificada pelo pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 6.91.** A Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.
- 6.91.** Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 6.92.** Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será considerada habilitada e declarada vencedora do certame.
- 6.93.** Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se a proponente não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação da proponente, será declarada vencedora.
- 6.94.** O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 6.95.** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, e na hipótese da inexistência de recursos, a licitante será declarada vencedora pelo pregoeiro.
- 6.96.** Após o encerramento da fase de habilitação, o pregoeiro disponibilizará no sistema os



documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas.

**6.97.** Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 6.98), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

**6.98.** Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 6.97, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

**6.99.** O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

## **DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES**

**6.100.** No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

**6.101.** Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

**6.102.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

## **VII - HABILITAÇÃO**

**7.1.** O julgamento da habilitação se processará após a fase de lances e negociação, sendo certo que não será necessária a apresentação dos documentos abaixo caso a licitante já tenha apresentando-os na fase de credenciamento.

**7.2.** Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos do licitante vencedor os documentos que abaixo seguem, os quais deverão ser encaminhados na forma e prazo fixados neste edital.

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei Federal n. 14.133/2021)**

**7.3.** Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, sob pena de eliminação automática do





licitante, os seguintes documentos:

- a) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** da Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
- c) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Registro Empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- d) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, acompanhado da última alteração, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- e) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.4.** Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

#### **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei n. 14.133/2021)**

**7.5.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, comprovando situação ativa, ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo aceito documento extraído via *internet*;

**7.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, se houver;

**7.7.** VIA ORIGINAL da certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos negativos, obtida pela internet, perante:

- a.) Fazenda Nacional, expedida pela Secretaria da Receita Federal (art. 195, § 3º da CF e art. 47, inciso I, “a”, da Lei Federal 8.212/91) relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a.1.) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



- PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados. – Portaria MF 358/2014.

b.) Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei, consistente na apresentação das certidões:

b.1.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria da Dívida Ativa;

b.2.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.

b.3.) ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, com FIRMA RECONHECIDA, sob as penas da lei.

c.) Fazenda Municipal consistente em Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Mobiliários da sede da licitante;

**7.8.** VIA ORIGINAL de prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90), expedido pela Caixa Econômica Federal – obtida via internet;

**7.9.** VIA ORIGINAL da certidão negativa de débitos trabalhistas expedida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943 – obtida via internet.

**7.10.** As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 44, da LC 123/06).

**7.10.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de cinco dias úteis para a licitante apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos exigidas, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**7.10.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/Ata, ou revogar a licitação.

**7.10.3.** As microempresas, as empresas de pequeno porte e equiparadas que, na data da sessão de abertura, **apresentarem certidões com prazo de vigência vencido não farão jus ao benefício de**



**que trata do artigo 44, da Lei Complementar Federal n.123/2006, ou seja, não terão o direito de abertura de prazo para apresentação de nova certidão.**

**7.10.4.** O direito de abertura de prazo de cinco dias úteis para a licitante apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos aplica-se apenas às Mês, EPPs e Equiparadas que tenham apresentado certidão com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista cujo prazo de validade esteja em vigência na data da sessão de recebimento da documentação, ou seja, **12/06/2026**.

**7.11. NÃO SERÃO ACEITAS quaisquer CERTIDÕES COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO**, sejam elas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas;

**7.12.** A apresentação de certidões com prazo de vigência vencido importará na imediata inabilitação da licitante vencedora e impedirá a concessão dos benefícios do artigo 44, da Lei Federal n. 123/2006.

#### **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

**7.13.** A licitante deverá apresentar:

**7.14.** Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, relativa aos últimos 5 (cinco) anos, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

**7.14.1.** Na hipótese da certidão de recuperação judicial for positiva ou caso a licitante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo (plano de recuperação judicial em vigor), emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

#### **HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)**

**7.15.** A licitante deverá apresentar:

**a)** Apresentação de no mínimo de 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que o licitante executa ou já executou regular e corretamente objeto com características, quantidades e prazos semelhantes ao licitado, constando o nome completo do representante legal, em papel timbrado do emitente.

**a.1)** os atestados de capacidade deverão ser impressos em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo e ser assinado por seus sócios, diretores,



administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

**b) Comprovação de possuir em seu quadro fixo ou por contrato de prestação de serviços os profissionais legalmente habilitados (enfermeiros, psicólogo, nutricionista, farmacêutico, estatístico e médico).**

**c) Comprovação de que todos os testes e equipamentos possuem registro na ANVISA.**

## **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

### **7.16. Declaração do licitante que:**

**a)** se responsabiliza pela entrega do objeto, pela observância das especificações técnicas, pela qualidade do produto, materiais e pela promoção de readequações, esta última sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

**b)** aceita e se submete às normas do presente edital;

**c)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

**d)** se responsabiliza pela qualidade e origem lícita dos produtos;

**e)** observa as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;

**f)** cumpre os termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, isto é, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Lei n. 9.854/99 (art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021);

**g)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**h)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

**i)** inexistente impedimento legal, isto é, nunca foi declarada inidônea ou impedida de licitar ou contratar com o Poder Público por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, tendo em vista os incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/92 e Portaria CGU n. 516/2010;

**j)** é microempresa, empresa de pequeno porte ou microempresário individual beneficiário da Lei Federal n. 123/2006 (exigível apenas para MEs, EPPs e MEIs)

**k)** não possui em seu quadro societário ou diretivo: -

k.1.) empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;



- k.2.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela prefeitura de Campina Verde/MG para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização, ou outras cuja execução concomitante com a do objeto deste edital possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;
- l)** examinou Edital, Termo de Referência e demais anexos, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;
- m)** o Termo de Referência apresentado pela Prefeitura contém os dados necessários e suficientes à plena caracterização dos produtos e demais informações complementares.
- o)** tem pleno conhecimento das informações contidas neste Edital e seus Anexos;
- p)** no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura da ata/contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- q)** no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte, não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- r)** não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- s)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento da Ata/Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- t)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021);

**7.17.** Sendo o licitante uma cooperativa, além das declarações do item anterior, deverá declarar que:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) atua em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;



- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;
- d) o objeto licitado está entre os constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**7.18.** Também deverá ser anexada na proposta eletrônica catálogos, encartes, folhetos técnicos ou “folders” dos materiais/serviços ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas no Anexo I – Termo de Referência - e atender os seguintes enunciados:

- a) quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;
- b) caso no documento anexado constem diversos modelos, o pregoeiro solicitará que o licitante identifique/destaque qual a marca/modelo que estará concorrendo na licitação.

**7.19.** Na hipótese de não constar prazo de validade em eventuais certidões apresentadas, a Prefeitura Municipal de Campina Verde aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**7.20.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

**7.21.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**7.22.** O pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

**7.23.** Não se admitirá a inclusão de documentos ou informação que deveria constar originariamente, exceto se em atendimento a diligência da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, nos termos autorizados neste edital.

**7.24.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

**7.24.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.24.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**7.25.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.25.1.** Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de



licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

**7.26.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.27.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da ata/contrato, porém será obrigatória, durante a fase de habilitação, a apresentação dos documentos indicados neste edital, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

**7.27.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

**7.27.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

**7.28.** Os benefícios de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**7.29.** Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro, sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

**7.30.** Fica estabelecido que, após o encerramento da fase de lances e adjudicado o objeto ao licitante vencedor, no prazo para assinatura do contrato, deverá apresentar proposta financeira com identificação dos valores unitários de cada item, devidamente adequados ao valor adjudicado, respeitada a proporcionalidade entre os valores iniciais apresentados e os valores finais obtidos após os lances e percentual de redução.

**7.31.** Toda documentação deverá ser anexada via sistema eletrônico (anexos da proposta), podendo ser inserida lote a lote ou poderá selecionar a opção “marcar todos” para inserir a documentação de todos os lotes com proposta.



## **VIII - RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**8.1.** Declarada a proposta vencedora, inicia-se o prazo recursal de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

**8.2.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.2.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

**8.2.2.** o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

**8.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.4.** Os recursos e contrarrazões recursais deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico e devem estar devidamente assinados eletronicamente pelo representante legal com poderes para tanto no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

**8.5.** O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo sobre o ato ou decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.9.** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará:

a) a decadência do direito de recurso;

b) a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro à licitante vencedora; e

c) o encaminhamento do processo ao Sr. Prefeito Municipal para a homologação.

**8.10.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.11.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, será homologado o



procedimento e adjudicado o objeto ao vencedor pelo Sr. Prefeito Municipal.

**8.12.** Não serão aceitos recursos, questionamentos, pedidos de esclarecimentos, reclamações, impugnações ou qualquer outra espécie de contestação aos atos praticados nesta licitação feitos por telefone ou enviados por fac-símile ou através dos Correios.

## **IX – ENCERRAMENTO E CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o pregoeiro deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**9.2.** O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

**9.3.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório quando o seu objeto possuir mais de um item ou lote.

**9.4.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

**9.6.** A Ata de Registro de Preços será divulgada no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

**9.3.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.4.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de



reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**9.5.** Terão preços registrados tanto o licitante vencedor, quanto os demais que aceitaram fornecer aos preços unitários daquele, desde que devidamente habilitados, respeitadas as quantidades licitadas e a ordem de classificação do certame.

**9.6.** Assegurados o contraditório e a ampla defesa, a empresa DETENTORA terá seu Registro de Preços cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido neste edital, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for suspensa de licitar e/ou impedida de contratar com o poder público, nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) for impedida de licitar e contratar nos termos da Lei Federal nº 9.605/98;
- f) for declarada inidônea pelo Poder Público e não reabilitada;
- g) tiver sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011;
- h) tiver sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei nº 12.527/2011;
- i) estiver proibida de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei nº 12.846/2013); e
- j) estiver proibida de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

**9.7.** Independentemente das previsões retro indicadas, a DETENTORA poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução do objeto licitado, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**9.8.** A (s) DETENTORA (S) incluída (s) na Ata de Registro de Preços estará (ão) obrigada (s) a fornecer nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

## **IX - CADASTRO DE RESERVA**



**9.9.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**9.10.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**9.10.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**9.10.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**9.11.** A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

**9.12.** Será retomada a sessão pública e convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do Pregão com vistas à celebração da contratação, quando a(s) DETENTORA(s):

a) se recusar (em) a assinar a Ata de Registro de Preços ou quando convocada (s) à assinatura, dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar (em) comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ou não atender (em) a todas as condições para a celebração da contratação;

b) no caso de microempresa (s) e/ou empresa (s) de pequeno porte declarada (s) vencedora (s) com irregularidade fiscal e/ou trabalhista nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações, deixar (em) de apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços.

c) deixar (em) de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos deste edital.

**9.13.** A nova sessão será realizada em prazo, não inferior a 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

## **X – EXECUÇÃO**

**10.1.** O vencedor da licitação não poderá transferir, ceder ou mesmo associar, no todo ou em parte, a execução das obrigações consignadas em ata de registro, objeto da presente licitação.

**10.2.** Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de



pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

**10.3.** A DETENTORA obriga-se a executar o objeto desta licitação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

**10.4.** Correrão por conta da DETENTORA as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais da prefeitura.

**10.5.** As entregas deverão ocorrer conforme determinado no termo de referência anexo a este edital.

**10.6.** Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela DETENTORA, para serem submetidos à apreciação superior.

**10.7.** Os produtos deverão ser entregues acondicionados da forma disciplinada no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**10.8.** O objeto será recebido pela Secretaria Municipal requisitante que expedirá o Atestado de Recebimento.

**10.9.** O objeto deverá ser entregue observando-se as seguintes condições:

a) A entrega dos produtos se fará de forma parcelada e em quantitativas variáveis no endereço indicado e de acordo com a solicitação de cada departamento, conforme Termo de Referência.

b) no caso de entrega feita por transportadora, a mesma deverá ser orientada pela empresa sobre essa obrigação, sob pena de recusa do recebimento;

**10.10.** O objeto entregue pela empresa será recebido:

a) Provisoriamente: mediante recibo, após a conferência visual e quantitativa do objeto, conforme consta no Termo de Referência – Anexo I do Edital;

b) Definitivamente: mediante Atestado de Recebimento, após a verificação da conformidade dos itens com as exigências editalícias e do Termo de Referência.

**10.11.** Constatadas irregularidades no objeto, a prefeitura poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital, determinando sua substituição/correção;

b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades.

**10.12.** As irregularidades deverão ser sanadas no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento pela DETENTORA da notificação correspondente, sem quaisquer ônus para prefeitura e mantido o preço inicialmente ofertado.

**10.13.** A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada para a Seção de Almoxarifado que a encaminhará para



o devido pagamento.

**10.14.** O recebimento definitivo não exime a DETENTORA de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto entregue.

**10.15.** As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

## **XI - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1.** O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital.

**11.2.** Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.2.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

**11.2.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.2.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

**11.2.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

**11.2.5.** Fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

**11.2.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



**11.2.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

**11.2.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

**11.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

**11.3.1.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

#### **Sanção de multa compensatória**

**11.4.** A multa compensatória será aplicada nos percentuais estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.

**11.4.1.** Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo e condições fixado pelo Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024, contados de sua publicação nos Diários Oficiais, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

#### **Sanção de impedimento de licitar e contratar**

**11.5.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Campina Verde/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**11.6.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.4, 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8,.

**11.6.1.** Será aplicada a sanção de que trata o subitem 11.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

#### **Da Aplicação e do Cômputo da Sanção**

**11.7.** Os aspectos relacionados à aplicação da sanção, tais como a dosimetria, a cumulação, o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual e a soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de licitações e contratos distintos,

**11.8.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **Processo Administrativo Sancionador**





## **XII- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**12.2.** A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas exclusivamente em campo próprio do Sistema LICITANET.

**12.3.** Compete ao pregoeiro receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

**12.3.1.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.2.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**12.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

**12.5.** Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **XIII – UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR OUTROS ÓRGÃOS**

**13.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e entidades da Administração Pública poderão aderir à ata de registro de preços, observados os seguintes requisitos: -

I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II- demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal n. 14.133/21; e

III- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

- a) A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;
- b) Após a autorização, o órgão ou entidade efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;
- c) O prazo previsto no item “b” poderá ser prorrogado excepcionalmente mediante solicitação do



órgão ou da entidade aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**13.2. Dos limites para adesão:**

**13.2.1.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata o item 9.1 deste edital:

- a) as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidades, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- b) o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora, independentemente do número de órgãos ou entidades que aderirem à ata de registro de preços.

**XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**14.2.** Toda documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

**14.2.1.** É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

**14.2.2.** Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

**14.2.3.** Caso o pregoeiro julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - Mediante apresentação de original perante o pregoeiro ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;

II – Por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – Perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.



**14.3.** As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído.

**14.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**14.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

**14.8.** As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, no Departamento de Licitação, localizado na Rua Trinta – 296– bairro Medalha Milagrosa – Campina Verde/MG, ou pelo telefone n. (34) 3412-9117 em dias úteis no horário normal de expediente, ou pelo e-mail: [licitacao@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@campinaverde.mg.gov.br).

**14.9.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra nos endereços eletrônicos: [licitacao@campinaverde.mg.gov.br](mailto:licitacao@campinaverde.mg.gov.br), [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), <https://www.campinaverde.mg.gov.br>.

**14.10.** Fica eleito o foro da cidade de Campina Verde/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

**14.11.** Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

**14.11.1.** ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

**14.11.2.** ANEXO II – Termo de Referência;

**14.11.3.** ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de fatos impeditivos;

**14.11.4.** ANEXO IV – Modelo de Declaração LC 123/2006;

**14.11.5.** ANEXO V – Modelo de Proposta;

**14.11.6.** ANEXO VI – Declaração que cumpre os requisitos de habilitação

**14.11.7.** ANEXO VII – Minuta Contrato

**14.11.8.** ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços



Campina Verde, 01 de junho de 2026

Miguel Angelo de Oliveira Ribeiro  
Gestor Municipal de Saúde

Alan Borges de Oliveira  
Prefeito de Campina Verde/MG



## ANEXO I ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Setor Proponente: Secretaria Municipal de Saúde de CAMPINA VERDE/MG.

Assunto: Justificativa para contratação de empresa especializada para a realização de Estudo Científico Integrado em Saúde da População. O presente estudo técnico preliminar tem como objetivo justificar a contratação de uma empresa registro de preços para eventual contratação de empresa terceirizada para estudo transversal de saúde com teleconsultas, aplicação de testes rápidos, exames cardiovasculares, vasculares e triagem desaúde, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Verde-MG

### 1. RESUMO EXECUTIVO

O presente estudo técnico justifica a necessidade de contratação de uma empresa registro de preços para eventual contratação de empresa terceirizada para estudo transversal de saúde com teleconsultas, aplicação de testes rápidos, exames cardiovasculares, vasculares e triagem desaúde, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Verde-MG. A iniciativa visa gerar um diagnóstico preciso, multidimensional e em tempo real do perfil sanitário, epidemiológico, socioeconômico e psicossocial da população de CAMPINA VERDE. A partir da coleta massiva de dados por dispositivos móveis e da oferta de uma vasta gama de exames rápidos, exame de mapa, holter, ECG, pletismografia e consultas via telemedicina, o projeto produzirá um banco de dados georreferenciado e dinâmico. Esta ferramenta será fundamental para o planejamento estratégico em saúde, permitindo a alocação eficiente de recursos, a identificação precoce de agravos, a personalização de políticas públicas, a redução de filas do SUS e a melhoria contínua dos indicadores de saúde do município.

### 2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer município. CAMPINA VERDE, apresenta desafios complexos inerentes a nossa região, incluindo densidade demográfica, desigualdades sociais e uma carga de doença diversificada (Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNTs, infecto-parasitárias, DST's, Arboviroses, Diabetes, Doenças Vasculares e Cardiovasculares, problemas de saúde mental, dentre outros).

A ausência de um diagnóstico de saúde integrado e atualizado limita a capacidade da gestão municipal em:

- Antecipar tendências epidemiológicas.
- Direcionar ações específicas para territórios e grupos populacionais mais vulneráveis.
- Avaliar com precisão o impacto de programas já implementados.
- Reduzir custos no longo prazo através da medicina preventiva e da detecção precoce.
- Aumento do número de amputações em todo Brasil por causa do “pé diabético”

A justificativa para a contratação de uma empresa especializada baseia-se nos seguintes pontos:

- Complexidade Técnica: A amplitude dos exames propostos (do HIV a marcadores tumorais, exames cardiovasculares mapa, holter, ECG e exames vasculares por meio de pletismografia) exige logística sofisticada, equipamentos de ponta, controle de qualidade e profissionais de saúde e laboratório com treinamento específico, o que extrapola a capacidade operacional regular da rede pública.
- Escala e Agilidade: Realizar uma triagem desta magnitude em curto espaço de tempo requer uma estrutura dedicada e escalável, evitando a sobrecarga dos serviços de saúde já existentes.
- Tecnologia da Informação (TI): O desenvolvimento de uma plataforma web robusta, segura (em conformidade com a LGPD) e intuitiva para coleta, armazenamento e análise de dados demanda expertise especializada em TI e bioinformática, não “typically found”(normalmente encontrada) na estrutura de uma secretaria municipal.
- Isenção e Metodologia Científica: Uma instituição externa e especializada garante a isenção na coleta e análise dos dados, assegurando a confiabilidade científica dos resultados, crucial para publicação e para o embasamento de políticas públicas.
- Equipamentos de última geração: O setor público devido as regras regimentais, burocracia jurídica, processos licitatórios, falta de recursos financeiros e diversos outros fatores tem dificuldades em adquirir equipamentos de última geração, a contratação de empresas prestadoras de serviços agiliza esse processo até que se consiga adquirir as inovações tecnológicas no mercado.

#### \*Direito à Saúde na Constituição Federal

- Artigo 196 da Constituição Federal: A Constituição Brasileira de 1988 estabelece, em seu artigo 196, que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". Este dispositivo constitucional fundamenta a obrigação do Estado em garantir acesso a serviços de saúde de qualidade, sendo um princípio basilar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Princípio da Universalidade: O princípio da universalidade, previsto no artigo 198 da Constituição, determina que "a assistência à saúde é livre à iniciativa privada". Isso implica que o Estado deve assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica.

#### \*Legislação Específica

- Lei nº 8.080/1990: Esta lei, que regulamenta o SUS, estabelece em seu artigo 2º que "a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício". A contratação de serviços de saúde em Campina Verde está em conformidade com essa legislação, que visa garantir a integralidade e a universalidade do atendimento.
- Lei nº 8.142/1990: Complementar à anterior, esta lei trata da participação da comunidade na gestão do SUS e estabelece diretrizes para a organização da saúde pública. O artigo 1º afirma que "a saúde é um direito de todos e dever do Estado", reforçando a necessidade de ações que promovam a saúde da população.

#### \*Princípios da Administração Pública



**Princípio da Eficiência:** A contratação de serviços de saúde deve observar o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição. A implementação de serviços de saúde em Campina Verde deve ser realizada de forma a garantir a melhor utilização dos recursos públicos, promovendo a saúde da população de maneira eficaz.

- **Princípio da Legalidade:** A realização de serviços de saúde deve estar em conformidade com a legislação vigente, respeitando os processos licitatórios e as normas que regem a contratação de serviços públicos.

### 3. OBJETIVOS

**3.1. Objetivo Geral** Realizar um inquérito de saúde domiciliar de base populacional para traçar o perfil integral de saúde da população de CAMPINA VERDE, criando um sistema de informação estratégico para a gestão municipal.

#### 3.2. Objetivos Específicos

- Identificar a prevalência de doenças infecciosas (HIV, Sífilis, Hepatites, Tuberculose, COVID-19, Influenza, entre outras).
- Rastrear fatores de risco para DCNTs (doenças cardiovasculares, oncológicas, diabetes).
- Mapear condições nutricionais da população.
- Avaliar indicadores de saúde mental e psicossocial.
- Coletar dados sanitários e socioeconômicos.
- Oferecer acesso a consultas especializadas via telemedicina, reduzindo barreiras geográficas.
- Criar um banco de dados unificado, georreferenciado e de acesso web para análise transversal e longitudinal.
- Subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas intersetoriais.
- Desafogar as filas por exames e consultas na rede municipal de saúde.
- Identificar precocemente doenças.
- Monitoramento epidemiológico.

### 4. METODOLOGIA PROPOSTA (A SER EXECUTADA PELA EMPRESA CONTRATADA)

**4.1. Desenho do Estudo:** Estudo transversal de base populacional, com amostragem probabilística por conglomerados (por exemplo, setores censitários) para garantir representatividade da região estudada.

**4.2. População e Amostra:** População alvo: residentes em CAMPINA VERDE com idade superior a 18 anos (ou emancipados) e menores acompanhados pelos responsáveis. O tamanho amostral será calculado estatisticamente para garantir poder e significância.

#### 4.3. Coleta de Dados:

- Equipes de Campo: Treinadas e supervisionadas, equipadas com tablets ou smartphones.
- Aplicativos Móveis: Desenvolvimento de aplicativo específico para coleta de dados, integrado ao banco de dados central, com formulários eletrônicos para:
  - Inquéritos epidemiológicos, sanitários e socioeconômicos.
  - Registro de dados antropométricos (peso, altura, IMC).
  - Resultados de testes rápidos.
- Testes Rápidos: Realização dos testes listados (HIV, Sífilis, Tuberculose, clamídia, Influenza a+b (h1n1), Covid-19, Hepatite A, B e C, Dengue, Chikungunya, Zika, Glicemia, Colesterol, Giárdia,





Toxoplasmose, Troponina Cardíaca tipo I, D-dímero, Malária, Rotavírus, Adenovírus, Citomegalovírus, Gravidez, H-pylori, PSA, Herpes, Vitamina D, Hemoglobina Glicada, Perfil Lipídico, teste rápido para detecção semiquantitativa de CA15-3 e/ou teste rápido para a detecção qualitativa de CEA) com consentimento informado e aconselhamento pré e pós-teste.

- Exames Complementares: Realização de ECG, MAPA, Holter 24h.
- Pletismografia (de ar e óptica) para diagnóstico vascular não invasivo, para avaliar a perfusão e a qualidade do sistema vascular arterial, venoso e linfático, especialmente nos membros inferiores. Rastreamento e monitoramento da saúde vascular, auxiliando na identificação precoce de riscos, como o de amputação de membros, e na orientação terapêutica.
- Telemedicina: Agendamento e realização de consultas nas especialidades listadas (clínico geral, geriatra, dermatologista, nutricionista, psicólogo, cardiologista e psiquiatra) por plataforma de videochamada segura e criptografada ponta a ponta.

#### 4.4. Infraestrutura de TI:

- Banco de Dados: Sistema em nuvem, seguro, de alto desempenho e escalável.
- Plataforma Web: Interface de acesso restrito para a Secretaria de Saúde de CAMPINA VERDE, com funcionalidades para:
  - Consulta aos dados anonimizados.
  - Filtros dinâmicos por sexo, faixa etária, bairro, condição de saúde, etc.
  - Geração automática de relatórios e painéis visuais (dashboard).
  - Georreferenciamento e mapas temáticos de calor.

### 5. IMPACTOS ESPERADOS PARA O MUNICÍPIO

- Gestão Baseada em Evidências: Tomada de decisão informada por dados concretos, recentes e demandas comprovadas.
- Redução de Custos: Identificação precoce de doenças reduz gastos com tratamentos de média e alta complexidade.
- Equidade: Direcionamento de recursos e programas para as áreas e populações com maior carência e vulnerabilidade.
- Transparência: Dados claros e acessíveis para a gestão e para o controle social.
- Melhoria dos Indicadores de Saúde: Expectativa de melhoria em indicadores como mortalidade prematura por DCNTs, transmissão de doenças infecciosas e cobertura de rastreamento.

### 6. BENEFÍCIOS ESPERADOS

A contratação dos serviços propostos trará diversos benefícios para a população de Campina Verde, tais como:

- Melhoria na coleta e análise de dados epidemiológicos, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades de saúde da população.
- Aumento da cobertura de triagens e testes, contribuindo para a detecção precoce de doenças.
- Facilitação do acesso a consultas médicas por meio da telemedicina, especialmente em áreas remotas ou com dificuldade de acesso.
- Criação de um banco de dados robusto que poderá ser utilizado para planejamento e execução de políticas públicas de saúde.

### 7. CONCLUSÃO



Diante da fundamentação exposta, fica evidente a necessidade e urgência da contratação de uma empresa especializada para a execução deste projeto estratégico. O investimento neste amplo estudo científico representará um marco para a saúde pública de CAMPINA VERDE, gerando um retorno invaluable em forma de economia de recursos futuros, otimização de serviços e, principalmente, em vidas salvas e qualidade de vida preservada através de uma gestão de saúde verdadeiramente proativa, precisa e equânime.

#### 8. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos

que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado

Atenciosamente,

Miguel Angelo de Oliveira Ribeiro  
Gestor Municipal de Saude



## ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente termo é **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EM DOMICÍLIO, PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE /MG, ENGLOBANDO:**

\* CONSULTAS DIVERSAS POR MEIO DE TELEMEDICINA (CLÍNICO GERAL, GERIATRA, DERMATOLOGISTA, PSIQUIATRA, CARDIOLOGISTA, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO) LANÇAMENTO DE DADOS DE CONSULTA, ATUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO E RECEITUÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO;

\* APLICAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS EM DOMICÍLIO DE HIV, SÍFILIS, TUBERCULOSE, CLAMÍDIA, INFLUENZA A+B (H1N1), COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA. COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA

\* COLETA DE DADOS EM DOMICÍLIO E APLICAÇÃO DE INQUÉRITOS DE SAÚDE DIVERSOS UTILIZANDO DISPOSITIVO MÓVEL PARA COMPOR BASE DE DADOS CONSULTÁVEL VIA WEB COM LANÇAMENTO DE DADOS DE TRIAGEM INFORMADOS PELA ENFERMEIRA

\*LICENÇA DE 01 ANO DE SISTEMA INFORMÁTICO VIA WEB, PARA CONSULTA PELA INTERNET. O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE OS DADOS SEJAM COLETADOS POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS VIA APP E DISPONIBILIZAR ESSES DADOS COLETADOS VIA INTERNET EM TEMPO REAL, ASSIM COMO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ONDE ELES FORAM COLETADOS A FIM DE FACILITAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE. PERMITIR FILTRAR DADOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIOS POR SEXO, IDADE E COR. GERAR RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS DADOS COLETADOS POR QUESTÃO. O SISTEMA DEVERÁ GERAR PRONTUÁRIO DE CADA PESSOA ATENDIDA, ASSIM COMO INFORMAR AS RECEITAS ENVIADAS AOS PACIENTES, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DA CONSULTA POR TELEMEDICINA E O PROFISSIONAL QUE REALIZOU O ATENDIMENTO E O NÚMERO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO. O SISTEMA DEVE TER PROTEÇÃO DE DADOS E COM ACESSO POR MEIO DE LOGIN E SENHA, TODOS OS CUSTOS REFERENTES A HOSPEDAGEM DESSES DADOS E DEMAIS TAXAS REFERENTES AO BANCO DE DADOS DEVEM ESTAR



INCLUSOS PELO PERÍODO DE UM ANO, ALÉM DISSO, TODA A PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA DEVER SER ENTREGUE POR MEIO DIGITAL E IMPRESSO DEVIDAMENTE ASSINADO PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, PARA SUPRIR OS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ALÉM DA LICENÇA DE 01(UM) ANO ESTÁ INCLUSO NESTE SERVIÇO SUPORTE ON-LINE DE 2A A 6A FEIRA DAS 08:00 AS 18:00HS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA CASO SEJA NECESSÁRIO. TANTO O TREINAMENTO, QUANTO A MANUTENÇÃO É REALIZADA DE FORMA REMOTA, NÃO ESTÃO INCLUSOS SERVIÇOS DE ALTERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ROTINAS

\*REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE MAPA, HOLTER E ELETROCARDIOGRAMA (ECG)

\*REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE PLETISMOGRAFIA PARA DIAGNÓSTICO VASCULAR NÃO INVASIVO, PARA AVALIAR A PERFUSÃO E A QUALIDADE DO SISTEMA VASCULAR ARTERIAL, VENOSO E LINFÁTICO, ESPECIALMENTE NOS MEMBROS INFERIORES. RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DA SAÚDE VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA. VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA.

\*REALIZAÇÃO EM DOMICÍLIO DE TRIAGEM E AFERIÇÕES DE PRESSÃO ARTERIAL, BATIMENTO CARDÍACO, TEMPERATURA, CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL, PESO, ALTURA, IMC, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E CRIAÇÃO DE PRONTUÁRIO (ETAPA PRÉ-CONSULTA)

**AFIM DE ATENDER DEMANDAS E OUTRAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, ORIENTANDO, INFORMANDO E AUXILIAR A MESMA NO PLANEJAMENTO DE AÇÕES, CONTRATAÇÕES, AQUISIÇÕES, DENTRE OUTROS,** conforme características e condições estabelecidas neste Termo de Referência e especificações e quantitativos constantes no ANEXO.

## 1.2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

**1.2.1.** Verificar a possibilidade de ocorrência de sintomas de ansiedade e depressão, por meio de aplicação de questionário psicossocial, realizar aferições de saturação de oxigênio, pressão arterial, glicemia, batimentos cardíacos, temperatura, IMC e outros visando identificar a possibilidade de ocorrência de doenças, como diabetes, hipertensão arterial, obesidade, dentre outras e aplicar inquérito epidemiológico visando a identificação e ocorrência de doenças, controle epidemiológico, para prevenção, controle e planejamento de ações de saúde. Baseado nos resultados dos testes e aferições, assim como no inquérito epidemiológico aplicado realizar consultas por meio de telemedicina sempre que for necessário nas seguintes áreas:

- A. Clínica geral;
- B. Geriatria;
- C. Dermatologia;
- D. Nutrição;
- E. Psicologia;
- F. Cardiologia;
- G. Psiquiatria;

Por padrão diabéticos, hipertensos e obesos serão encaminhados para nutricionista, clínico geral e Cardiologista caso necessário para realização de consulta por meio de telemedicina e os IDOSOS invés de clínico geral serão atendidos por geriatra. Os munícipes atendidos que relatem problemas de depressão e/ou ansiedade serão encaminhados para psicóloga. Todos com sintomas de manchas no corpo ou que relatarem



doenças de pele ou sintomas como coceira, vermelhidão, lesões, escamação serão encaminhados para Dermatologista. Durante a consulta com o clínico geral ou geriatra, ambos poderão solicitar consulta com especialista nas demais áreas licitadas.

**1.2.2.** O serviço deve ser executado por profissionais de saúde e supervisionado por especialistas de sua área por empresa legalmente habilitada para a execução dos mesmos, de casa em casa, junto aos munícipes.

**1.2.3.** Os dados deverão ser coletados por meio de dispositivos móveis disponibilizados em tempo real por meio de sistema informático via web, para consulta pela internet.

**1.2.4.** O sistema deve ainda fornecer a localização geográfica de onde os dados foram coletados para facilitar ações estratégicas de saúde e permitir se filtrar dados para emissão de relatórios por sexo, idade e cor.

**1.2.5.** O sistema deve ter proteção de dados e com acesso por meio de login e senha, todos os custos referentes a já hospedagem desses dados e demais taxas referente ao banco de dados devem estar inclusos pelo período de um ano, além disso toda a pesquisa epidemiológica dever ser entregue por meio digital e impresso devidamente assinado pelos responsáveis técnicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital, para suprir os interesses da secretaria municipal de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.6.** Os resultados deverão ser disponibilizados por meio de sistema de informático via web, para consulta pela internet, permitindo se filtrar dados para emissão de relatórios com acesso por meio de login e senha que permita filtrar o conteúdo por sexo, idade e cor, já devendo estar incluso hospedagem e demais taxas referente ao banco de dados pelo período de um ano, além disso toda a pesquisa epidemiológica dever ser entregue por meio digital e impresso devidamente assinado pelos responsáveis técnicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital, para suprir os interesses da secretaria municipal de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

**1.2.7** Por se tratar de atendimento em domicílio é dispensado o alvará sanitário, no entanto todos os testes rápidos deverão estar devidamente registrados e homologados juntos a ANVISA.

## **Alcance, etapas e metodologia**

**1900 pessoas com a aplicação de questionário elaborado pelo corpo técnico da secretaria municipal de saúde em conjunto com a empresa que vier a ser contratada. O projeto visa identificar demandas sanitárias e de saúde, assim como, sugestões de ações de vigilância epidemiológica, demandas da atenção básica, levantamento do perfil socioeconômico de usuários dos serviços de saúde do município, identificação de grupos de risco, identificação de portadores de doenças crônicas, ocorrência ou não de 46 doenças. O questionário tem como objetivo identificar perfis socioeconômicos x doenças, visando identificar possíveis correlações entre educação, poder aquisitivo, moradia, dentre outros.**

## **Aplicação de Testes Rápidos**

**Visando a maior fundamentação do levantamento proposto pelo projeto serão realizados** testes rápidos poderão ser de HIV, Sífilis, Tuberculose, clamídia, Influenza a+b (h1n1), Covid-19, Hepatite A, B e C Dengue, Chikungunya, Zika, Glicemia, Colesterol, Giárdia, Toxoplasmose, Troponina Cardíaca tipo I, D-dímero, Malária, Rotavírus, Adenovírus, Citomegalovírus, Gravidez, H-pylori, PSA, Herpes, Vitamina D, Hemoglobina Glicada, Perfil Lipídico, teste rápido para detecção semiquantitativa de CA15-3 e/ou teste rápido para a detecção qualitativa de CEA, conforme demanda clínica.



## **Aferições**

**Pressão Arterial, batimento cardíaco, temperatura, peso, altura, IMC e saturação de oxigênio. Dependendo dos resultados dos testes rápidos e triagem a enfermeira encarregada poderá realizar exames de Hemoglobina Glicada, Perfil Lipídico e Fibrilação Atrial por meio de equipamentos.**

## **Exames Cardiovasculares**

**Realização de exames cardiovasculares, incluindo Mapa (Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial), Holter (Monitorização Ambulatorial da Frequência Cardíaca) e Eletrocardiograma, a serem realizados na residência dos munícipes contemplados pelo programa de saúde deste edital.**

**A empresa vencedora do pregão eletrônico deverá disponibilizar uma equipe qualificada para a realização dos exames cardiovasculares mencionados, sempre que necessário, visando a promoção da saúde e a prevenção de doenças cardiovasculares na população atendida. Os serviços deverão ser realizados com a máxima eficiência e respeito ao conforto e à privacidade dos munícipes.**

**Os serviços deverão ser realizados em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores, assegurando a integridade e a segurança dos munícipes durante a realização dos exames. A empresa contratada deverá estar preparada para atender a demanda de forma ágil e eficiente, respeitando os prazos estabelecidos e a necessidade dos pacientes.**

## **Triagem e Prontuário (etapa pré consulta)**

**As enfermeiras irão realizar toda a etapa de triagem para preparação da consulta, nesta etapa serão realizadas as aferições e os testes rápidos para identificação de possíveis doenças, aplicação de inquérito de saúde para identificar doenças pré existentes, comorbidades, sintomas relatados, dentro outros, tudo será lançado no sistema para que o clínico geral tenha todas as informações necessárias para um diagnóstico mais preciso ou realizar encaminhamento para especialista caso haja necessidade.**

## **Telemedicina (consulta e encaminhamentos)**

**Nesta etapa os munícipes irão se consultar com clínico geral que irá formular diagnóstico e receitar medicamentos conforme a necessidade ou encaminhar o munícipe para mais exames ou consulta com especialista. Caso a especialidade seja de geriatria, cardiologia, dermatologia, psiquiatria, nutrição ou psicologia, pelo próprio sistema o médico encaminhará o munícipe que também será atendido pelo médico especialista da empresa contratada. As demais**





**especialidades médicas e exames de alta complexidade que este edital não contemplam serão encaminhadas a Secretaria Municipal de Saúde para providências pertinentes. Todas estas etapas serão lançadas no prontuário médico digital do munícipe que ficará em sistema, formando base de dados clínica do munícipe para futuras consultas e acompanhamento.**

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista o papel fundamental do Município na efetivação da rede de ATENÇÃO PRIMÁRIA a saúde e o compromisso de garantir assistência integral, para este fim recebendo recursos financeiros do Programa de Assistência Básica (PAP) do Governo Federal, com essas ações o Município ampliará sua rede de atendimento, visando sua habilitação na Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde;

Considerando que os profissionais desempenharão suas funções a população na estratégia da família com visitas domiciliares,

Considerando as dificuldades encontradas para o cumprimento das metas de produção estipuladas pelo Ministério da saúde;

Considerando a dificuldade de deslocamento das famílias para obtenção de ajuda médica, a falta de informações da população sobre os serviços básico de saúde, a importância da prevenção de saúde, importância do diagnóstico precoce de doenças como diabetes e hipertensão, o crescimento mundial de transtornos como ansiedade e depressão, a obesidade foi declarada pandemia pela OMC assim como as doenças e transtornos citados anteriormente,

Considerando que somente com um levantamento extenso de saúde poderemos determinar qual a demanda real da população por médicos, medicamentos e tratamentos adequados e que os repasses de saúde são muito inferiores as demandas de nosso município,

Considerando que a família deve fazer parte integrante do tratamento sempre que possível, pois a chance de sucesso na recuperação é muito maior do que quando se realiza um tratamento isolado da criança e do adolescente; , somos sabedores ainda que o tratamento tem mais probabilidade de sucesso quando acríança ou adolescentes são mantidos em ambientes doméstico e familiar;

Considerando a dificuldade de portadores de transtornos como ansiedade e depressão tem de procurarem ajuda especializada, considerando que obesos muitas vezes tem vergonha e extrema dificuldade em procurar ajudar médica, considerando que a diabetes e hipertensão são doenças silenciosas e muitas vezes sem sintomas,

Considerando a recomendação do Ministério da saúde por meio da portaria 1.263 que recomenda por meio do Capítulo I, em seu parágrafo único no item VIII recomenda o financiamento de ações voltadas para o fomento de estudos, pesquisas e capacitações no âmbito da vigilância em saúde, nos termos do Capítulo IX, Considerando que as leis de licitação exigem a comprovação de demanda para compra ou contratação de serviço, Considerando a grande proliferação de doenças sexualmente transmissíveis,

Considerando o grande crescimento de homens com câncer de próstata, Considerando a atual situação econômica do país, Considerando o direito constitucional a saúde pública de qualidade,

Considerando que a oferta do Teste Rápido de Gravidez (TRG) na rede de atenção a saúde apresenta-se não apenas como insumo, mas como dispositivo que oportuniza o diálogo sobre a saúde sexual e a saúde reprodutiva, com identificação de fatores de risco à saúde e intervenções em tempo oportuno,

Considerando que a Hepatite vem crescendo em todo país, bem como a elevação dos números de casos de doenças cardiovasculares, o presente levantamento com aplicação de inquérito epidemiológico, psicossocial, nutricional e de ATENÇÃO PRIMÁRIA faz-se necessário não somente para orientar ações estratégicas e de gestão, mas sobretudo por uma questão de saúde pública e melhoria do atendimento à população.

Esse levantamento será realizado e irá gerar relatórios de produção e dados estatísticos importantíssimos para a gestão e que são impossíveis de se administrar de forma manual, onde demandariam grande mão de obra e tempo por este motivo a solução mais produtiva e interessante ao poder público municipal é que seja realizado por meio de sistema próprio para este fim e que esteja disponível via web de forma criptografada



para que os gestores municipais possam de qualquer lugar ter acesso aos dados, para auxiliar na tomada de decisões, aquisições, assim como para elaboração de projetos, solicitações junto ao Ministério da saúde e celebrações de convênio.

Diante do exposto, e primando pela qualidade da saúde pública, esta secretaria solicita que seja realizado processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, embasada nos preceitos da lei 14.133/2021.

## DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor
1	VALOR HORA) CONSULTAS DIVERSAS POR MEIO DE TELEMEDICINA (CLÍNICO GERAL, GERIATRA, DERMATOLOGISTA, PSIQUIATRA, CARDIOLOGISTA, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO) LANÇAMENTO DE DADOS DE CONSULTA, ATUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO E RECEITUÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO.	SE	380	211,67
2	APLICAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS EM DOMICÍLIO DE HIV, SÍFILIS, TUBERCULOSE, CLAMÍDIA, INFLUENZA A+B (H1N1), COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA. COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA	SE	1.900	192,67
3	COLETA DE DADOS EM DOMICÍLIO E APLICAÇÃO DE INQUÉRITOS DE SAÚDE DIVERSOS UTILIZANDO DISPOSITIVO MÓVEL PARA COMPOR BASE DE DADOS CONSULTÁVEL VIA WEB COM LANÇAMENTO DE DADOS DE TRIAGEM INFORMADOS PELA ENFERMEIRA	SE	1.900	156,67
4	LICENÇA DE 01 ANO DE SISTEMA INFORMÁTICO VIA WEB, PARA CONSULTA PELA INTERNET. O SISTEMA DEVE	SE	01	84.600,00

	<p>PERMITIR QUE OS DADOS SEJAM COLETADOS POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS VIA APP E DISPONIBILIZAR ESSES DADOS COLETADOS VIA INTERNET EM TEMPO REAL, ASSIM COMO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ONDE ELES FORAM COLETADOS A FIM DE FACILITAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE. PERMITIR FILTRAR DADOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIOS POR SEXO, IDADE E COR. GERAR RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS DADOS COLETADOS POR QUESTÃO. O SISTEMA DEVERÁ GERAR PRONTUÁRIO DE CADA PESSOA ATENDIDA, ASSIM COMO INFORMAR AS RECEITAS ENVIADAS AOS PACIENTES, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DA CONSULTA POR TELEMEDICINA E O PROFISSIONAL QUE REALIZOU O ATENDIMENTO E O NÚMERO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO. O SISTEMA DEVE TER PROTEÇÃO DE DADOS E COM ACESSO POR MEIO DE LOGIN E SENHA, TODOS OS CUSTOS REFERENTES A HOSPEDAGEM DESSES DADOS E DEMAIS TAXAS REFERENTES AO BANCO DE DADOS DEVEM ESTAR INCLUSOS PELO PERÍODO DE UM ANO, ALÉM DISSO, TODA A PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA DEVER SER ENTREGUE POR MEIO DIGITAL E IMPRESSO DEVIDAMENTE ASSINADO PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, PARA SUPRIR OS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ALÉM DA LICENÇA DE 01(UM) ANO ESTÁ INCLUSO NESTE SERVIÇO SUPORTE ON-LINE DE 2A A 6A FEIRA DAS 08:00 AS 18:00HS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA CASO SEJA NECESSÁRIO. TANTO O TREINAMENTO, QUANTO A MANUTENÇÃO É REALIZADA DE FORMA REMOTA, NÃO ESTÃO INCLUSOS SERVIÇOS DE ALTERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ROTINA</p>			
5	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE MAPA, HOLTER E ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	SE	380	205,00
6	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE PLETISMOGRAFIA PARA DIAGNÓSTICO VASCULAR NÃO INVASIVO, PARA AVALIAR A PERFUSÃO E A QUALIDADE DO SISTEMA VASCULAR ARTERIAL, VENOSO E LINFÁTICO, ESPECIALMENTE NOS MEMBROS INFERIORES. RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DA SAÚDE VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA. VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA.	SE	380	205,00
7	REALIZAÇÃO EM DOMICÍLIO DE TRIAGEM E AFERIÇÕES DE PRESSÃO ARTERIAL, BATIMENTO CARDÍACO, TEMPERATURA, CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL, PESO, ALTURA, IMC, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E CRIAÇÃO DE PRONTUÁRIO (ETAPA PRÉ-CONSULTA	SE	1900	188,33



**VALOR TOTAL GLOBAL DOS ITENS : 1.342.407,60 (UM MILHÃO, TREZENTOS E QUARENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)**

#### **4. DOS RESULTADOS ESPERADOS**

Os resultados que se pretende alcançar com esta contratação é realizar testes em grande quantidade, em parte da população para saber sobre a ocorrência e desenvolvimento de doenças.

O estudo servirá como base de orientação para futuras compras de medicamentos, ações de saúde, planejamento estratégico e prevenção de doenças e seus agravamentos, assim como mapear demandas de saúde junto a sociedade e balizar ações de vacinação e sanitárias junto a sociedade. Identificará a ocorrência ou não de doenças listadas no Guia Nacional de Epidemiologia, publicado pelo Ministério da Saúde, a fim de preparar o município para outras possíveis epidemias que possam surgir como vem alertando os órgãos de controle.

#### **5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1.** São obrigações da CONTRATANTE - MUNICIPIO DE CAMPINA VERDE/MG, dentre outras previstas neste instrumento:

- 1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento/serviço;
- 2.** Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste termo de referência;
- 4.** Notificar por escrito, à empresa contratada/adjudicatária, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução dos serviços;
- 5.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada/adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária;
- 6.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
- 7.** Todos os encaminhamentos e o controle dos itens objeto desta contratação será de responsabilidade da secretaria municipal de Saúde e do fiscal de contrato/ata;
- 8.** Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após recebimento dos serviços;
- 9.** Supervisionar o recebimento dos serviços através de um funcionário credenciado pela CONTRATANTE, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade do objeto;
- 10.** Recusar o recebimento dos itens nas seguintes hipóteses:
  - a) Se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;
- 11.** Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e relatórios dos atendimentos realizados.
- 12.** O recebimento provisório dos itens não implica sua aceitação definitiva, quando for o caso;
- 13.** O recebimento definitivo dar-se-á pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações e qualidade dos serviços, nos casos que se aplica;
- 14.** proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.
- 15.** Efetuar o pagamento, mediante apresentação de nota fiscal pela CONTRATADA com a respectiva solicitação de pagamento e documentos necessários, devidamente atestada pela Secretaria Interessada;
- 16.** Designar o servidor que será o gestor do Contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato.
- 17.** Comunicar à Contratada, por escrito sobre a ocorrência eventuais de imperfeições no Curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e/ou melhoria.

**5.2.** São obrigações da CONTRATADA (O), além de outras previstos neste instrumento:

**5.1.1** Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE;

**5.1.2** Executar o objeto, conforme descritos neste termo de referência;

**5.1.3** Respeitar os limites dos quantitativos especificados e sob nenhum argumento poderá deixar de atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do instrumento contratual a ser firmado;

**5.1.4.** Retirar a Nota de Empenho, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo, via e-mail, ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço/Contrato poderá ser cancelada ou rescindida;

**5.1.5.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

**5.1.6.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**5.1.7.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao detentor do preço registrado/contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste termo e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**5.1.8.** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, Conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência e outros;

**5.1.9.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e Administração no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, nos casos que se aplica;

**5.1.10.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**5.1.11.** Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura Municipal mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada/adjudicatária adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**5.1.12.** Fornecer os itens, conforme estipulado nesta ata/contrato e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.13.** A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;

**5.1.14.** O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços/produto;

**5.1.15.** Não haverá pagamento parcial da nota, no caso de falta dos serviços/produtos ou passíveis de substituição;

**5.1.16.** Manter a regularidade Fiscal na vigência da presente ATA/Contrato;

**5.1.17.** A CONTRATADA terá que seguir as descrições dos itens, conforme consta no termo de referência;

**5.1.18.** Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados/adjudicados, conforme estabelecido neste termo e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada, nos casos de trabalhos descumpridos por parte da Contratada/Adjudicatária;

**5.1.19** Os serviços/objetos serão fornecidos a Secretaria Municipal requisitante, através da emissão da Nota de Autorização de Despesa – NAD;

**5.2.** A empresa Contratada fica obrigada ainda ao que se segue:

1. A CONTRATANTE deverá no ato da entrega, aceitar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

1.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços;

1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;



- 1.3. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.
2. O recebimento definitivo dos serviços, objeto deste Termo de referência e Anexo I, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto a não efetividade realização dos mesmos.
3. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
4. proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.
5. Comunicar à Contratada, por escrito sobre a ocorrência eventuais de imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e/ou melhoria.
6. Fiscalizar a execução do objeto do Contrato.
7. Manter a Secretaria de Saúde devidamente informada do nome dos profissionais que estarão a frente dos serviços; notificando a mesma sobre qualquer alteração no quadro.
8. Os profissionais deverão apresentar-se para os atendimento devidamente uniformizados, com as identificações necessárias para o bom andamento dos atendimentos.
9. Deverão ainda os profissionais estarem portando todos os itens de segurança necessários de acordo com os atendimentos a serem realizados.

## **7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

7.1. O Teste rápido HIV é um imunoensaio baseado na reação antígeno-anticorpo em Uma membrana qualitativa para a detecção de anticorpos anti HIV-1 e/ou HIV-2 em sangue total. O anticorpos anti-HIV-1 e/ou anti HIV-2, se presentes na amostra, ligam-se aos antígenos recombinantes conjugados com ouro coloidal formando um complexo antígeno-anticorpo. Este flui pela membrana de nitrocelulose da placa e se liga aos antígenos. gp-41 e/ou gp-36 impregnados na área teste, determinando o surgimento de uma banda colorida na área teste (parte inferior da cápsula). Na ausência dos anticorpos anti HIV-1 e/ou HIV-2 não haverá o aparecimento da banda colorida na área teste. Um reagente controle imobilizado na membrana determinará o surgimento de uma segunda banda colorida, cuja presença demonstrará que os reagentes estão funcionando corretamente (área controle, parte superior da cápsula).

7.2 - O Teste Rápido de HBsAg é um imunoensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa do antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (HBsAg) em amostras de sangue total. Neste teste, a membrana é previamente revestida com anticorpos mono e policlonais contra vírus da Hepatite B na região da linha teste da tira. Durante o procedimento, os antígenos HBsAg presentes na amostra ligam-se aos anticorpos monoclonais anti-HBsAg conjugados com ouro coloidal. Esse complexo antígeno-anticorpo irá percorrer a membrana por capilaridade e se liga aos anticorpos anti-HBsAg fixados na membrana, formando uma linha colorida na região inferior da cápsula. Um reagente controle imobilizado na membrana do teste (na parte superior da cápsula) determinará o surgimento de uma segunda linha colorida na região do controle, indicando que os reagentes estão funcionando corretamente

7.3 - O Teste Rápido de Anti-HBs é um imunoensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa de anticorpos anti-HBs em amostras de sangue total. Neste teste, a membrana é previamente revestida com antígenos recombinantes do vírus da Hepatite B na região da linha teste da tira. Durante o procedimento, os anticorpos anti-HBs presentes na amostra ligam-se aos antígenos recombinantes HBsAg conjugados com ouro coloidal. Esse complexo antígeno-anticorpo irá percorrer a membrana por capilaridade e se liga aos antígenos HBsAg fixados na membrana, formando uma linha colorida na região inferior da cápsula. Um reagente controle imobilizado na membrana do teste (na parte superior da cápsula) determinará o surgimento de uma segunda linha colorida na região do controle, indicando que os reagentes estão funcionando corretamente

7.4 – O Teste Rápido Dengue IgG/IgM é um imunoensaio cromatográfico qualitativo para a detecção de anticorpos IgG e IgM contra o vírus da Dengue em amostras de sangue total. O teste consiste em duas partes, uma para detecção de IgG e a outra para detecção de IgM. Nas regiões das linhas teste para detecção de IgG e IgM, a membrana é revestida de anticorpos anti-IgG e anti-IgM humano, respectivamente. Durante o teste,



os anticorpos IgG e IgM anti-Dengue presentes na amostra irão formar um complexo antígeno-anticorpo com partículas revestidas de antígenos do vírus da Dengue. Esse complexo irá migrar por capilaridade e reagir com os anticorpos anti IgG e anti-IgM humano na região central e inferior da cápsula respectivamente.

Em amostras contendo anticorpos IgG anti dengue, uma linha colorida aparecerá na região da linha de teste de IgG e em amostras contendo anticorpos IgM anti dengue, uma linha colorida aparecerá na região da linha de teste de IgM. Um reagente controle imobilizado na membrana do teste (na parte superior da cápsula) determinará o surgimento de uma terceira linha colorida na região do controle, indicando que os reagentes estão funcionando corretamente.

7.5 - O TLR COVID-19 Antígeno é um ensaio imuno cromatográfico que utiliza anticorpos monoclonais específicos para detectar a proteína do nucleocapsídeo do vírus SARS-Cov-2 em amostras de secreção de nasofaringe. Na membrana de nitrocelulose estão impregnados anticorpos Anti-SARS-Cov-2 na zona de captura ou zona teste e na área de detecção. Quando a amostra é dispensada na tira reagente, caso haja presença de proteínas do nucleocapsídeo (chamadas neste caso de antígenos) do vírus SARS-CoV-2, haverá a formação de um complexo antígeno-anticorpo com o antígeno da amostra e o conjugado de ouro coloidal. Este complexo migra através da membrana, por ação de capilaridade e será capturado pelos anticorpos anti-SARS-CoV-2 impregnados na zona teste, formando assim uma linha colorida, indicando um resultado positivo. A ausência de coloração na zona teste indica um possível resultado negativo. Uma linha de controle deve sempre aparecer quando o teste é realizado adequadamente, independentemente da presença ou ausência de antígenos do SARS- -CoV-2 na amostra.

7.6 – O Teste Rápido de Influenza A/B é um imuno ensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa de partículas virais de Influenza A e B em amostras de secreção nasal. O teste consiste em duas partes, uma para detecção de núcleo proteínas de Influenza A e outra para Influenza B. Nas regiões das linhas teste para detecção de antígenos virais, a membrana é previamente revestida com anticorpos anti-influenza A e anti-influenza B, respectivamente. Durante o teste, os antígenos virais de Influenza A e/ou B presentes na amostra irão formar um complexo antígeno-anticorpo com partículas revestidas de anticorpos anti-influenza A e anti-influenza B. Esse complexo irá migrar por capilaridade e reagir com os anticorpos anti- influenza A e anti-influenza B na região inferior e central da cápsula, respectivamente. Em amostras contendo de partículas virais de Influenza A, uma linha colorida aparecerá na região da linha de teste de Influenza A e em amostras contendo partículas virais de Influenza B, uma linha colorida aparecerá na região da linha de teste de Influenza B. Um regente controle imobilizado na membrana do teste (na parte superior da cápsula) determinará o surgimento de uma segunda linha colorida na região do controle, indicando que os reagentes estão funcionando corretamente.

7.7. – Teste Rápido de Sífilis é um imuno ensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa de anticorpos IgG e IgM anti-T. pallidum em amostras de sangue total. Neste teste a membrana é previamente revestida com antígenos recombinantes de T. pallidum na região da linha teste da tira. Durante o procedimento, os anticorpos anti-T. pallidum presentes na amostra ligam-se a partículas conjugadas com antígenos recombinantes de T. pallidum. Esse complexo antígeno-anticorpo irá percorrer a membrana por capilaridade e se ligar aos antígenos recombinantes fixados na membrana, formando uma linha colorida na região inferior da cápsula. Servindo como um controle processual, a linha colorida sempre estará presente na região de controle (linha superior), indicando que o volume necessário de amostra e a absorção da membrana estão corretos.

7.8. O Teste Rápido de Glicemia utiliza a metodologia de química seca, baseando-se na mudança da intensidade da corda tira reagente. Quanto mais escura, maior a concentração de glicose na amostra testada.  $\text{Glicose} + \text{Dglicose} + \text{O}_2 \rightarrow \text{D-Gluco-1,5-Lactona} + \text{H}_2\text{O}_2 + 2\text{H}_2\text{O} + 4\text{-AAP} + \text{Anilina dissubstituída}$   
Corante de quinoneimina +  $4\text{H}_2\text{O}$ .

7.9. O Teste Rápido de PSA é um imuno ensaio cromatográfico rápido para a detecção qualitativa de PSA total em amostras de sangue total. Neste teste a membrana é previamente revestida com anticorpos anti-PSA na região da linha teste da tira. Durante o procedimento, o antígeno prostático específico, caso presente na amostra, irá reagir com partículas revestidas de anticorpos anti-PSA. Esse complexo antígeno-anticorpo irá percorrer a membrana por capilaridade e se ligar aos anticorpos anti-PSA fixados na membrana, formando uma linha colorida na região da linha teste. Um regente controle imobilizado na membrana do teste (na parte



superior da cápsula) determinará o surgimento de uma segunda linha colorida na região do controle, indicando que os reagentes estão funcionando corretamente

## **8. DA HOSPEDAGEM DO BANCO DE DADOS, CONTROLE DE ACESSO AOS DADOS E DA LICENÇA.**

- 8.1. O produto deve ser oferecido com base em uma licença de acesso válida por 12 (doze) meses.
- 8.2. A hospedagem do banco de dados referente ao levantamento de saúde de ATENÇÃO PRIMÁRIA e seus custos deverão estar inclusos no preço e ficarem disponíveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 8.3. O acesso deve ser por meio de Login e senha que a Secretaria Municipal de Saúde cadastrará no sistema da empresa CONTRATADA.
- 8.4. O acesso ao relatório e seus filtros via web deverá ser permitido 7 dias na semana, 24 horas por dia, desde que seja feito por meio de login e senha cadastrada previamente, resguardando-se de problemas técnicos, força da natureza ou outros que deverão ser justificados e sanados em até 48 horas após a CONTRATADA ser informada.
- 8.5. Escalável nas plataformas Windows, Linux, Unix e em plataforma de grande porte;
- 8.6. Não impor limitação de tamanho de arquivo, seja máximo ou mínimo (deve contemplar todo o inquérito epidemiológico);
- 8.7. O sistema web de acesso a pesquisa deverá permitir impressão por usuário devidamente logado e autorizado;
- 8.8. Permitir Download do relatório em formato acessível por plataforma Office da Microsoft
- 8.9. Verificação de tamanho de arquivo e disponibilidade de espaço em disco antes do início da transmissão.

## **9. DO DESCARTE DOS RESÍDUOS**

9.1. Conforme a Resolução da Diretoria Colegiada, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA - RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004, os resíduos do grupo E são constituídos por materiais perfurocortantes como objetos e instrumentos contendo cantos, bordas, pontos ou protuberâncias rígidas e agudas capazes de cortar ou perfurar.

Podemos exemplificá-los: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

Os materiais perfurocortantes devem ser descartados separadamente, no local de sua geração, imediatamente após o uso ou necessidade de descarte, em recipientes de paredes rígidas, resistentes à punctura, ruptura e vazamento, resistentes ao processo de esterilização, com tampa, devidamente identificados com o símbolo internacional de risco biológico, acrescido da inscrição de “PERFUROCORTANTE” e os riscos adicionais, químico ou radiológico;

9.2. A empresa prestadora do serviço deverá, obrigatoriamente, acondicionar os resíduos em Caixa em papelão para descarte de resíduos infectantes e perfurocortantes e entregar à Secretária de Saúde que promoverá o descarte de forma adequada.

## **10. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

10.1. O prazo para execução do levantamento de saúde de ATENÇÃO PRIMÁRIA não pode ser superior a 60 dias.

10.2. Caso o sistema web de acesso ao resultado estatístico do inquérito epidemiológico fique fora do ar, a CONTRATADA deverá restabelecer o acesso em até 48 horas após notificada formalmente e por escrito.



## **11. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

11.1. O preço deve ser global, referente a execução total de todo o objeto, diante disso, o custo estimado para a contratação do objeto é de R\$ 1.342.400,76 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos reais e setenta e seis centavos), conforme menores preços obtida em pesquisa de preços de mercado realizada pelo setor de compras deste município.

## **12. FORMALIZAÇÃO E VIGENCIA DO CONTRATO**

12.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato.

12.2 Os serviços, objeto deste Termo de Referência, serão formalizados pelo instrumento de CONTRATO, e terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

12.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on-line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.4 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

## **13. FORMA DE PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. Sendo que o fechamento das faturas será feito quinzenalmente. Serão feitos os fechamentos das faturas e enviadas para o setor financeiro providenciar os pagamentos.

13.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências cabíveis.

13.4. O setor competente, para proceder com o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- g) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- h) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- i) Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável,



quando couber

### **3. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

14.1. Além da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, será considerada habilitada no certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no Edital, a empresa as documentações da habilitação técnica.

14.2. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a capacidade para executar serviços;

14.3. A CONTRATADA deverá comprovar no ato da assinatura do contrato, que possui em seu quadro fixo (CLT) ou por meio de contrato de prestação de serviços vínculo profissional com os seguintes profissionais, todos legalmente habilitados ao exercício pleno de suas atividades profissionais, ou seja, estarem de acordo com a legislação que regula a profissão:

- Enfermeiro(a) Lei 7.498/1986;
- Psicólogo(a) Lei 4.119/1962;
- Nutricionista Lei 8.234/1991;
- Farmacêutico Decreto 20.377/1931 e lei 13.021/2014;
- Estatístico Lei 4.739/1965;
- Sobre exercício da medicina Lei 12.842/2013.

14.4. Proposta e Documentação Complementar dos profissionais.

14.4.1. Cópia dos contratos ou comprovante de carteira assinada dos profissionais de responsabilidade técnica;

14.4.2. Diploma da graduação juntamente com cópia da carteira profissional;

### **15. ANVISA**

15.1 Todos os testes rápidos devem possuir registro junto a ANVISA, seus registros devem ser informados no momento da contratação e devem constar no relatório final;

15.2 A empresa participante estará isenta de ANVISA conforme RESOLUÇÃO RDC Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2006 do MINISTÉRIO DA SAÚDE, por se tratar de atendimento domiciliar, mas todos os profissionais de saúde devem ter registro junto aos seus respectivos conselhos.

### **16. ENTREGA E COMPROVAÇÃO DOS SERVIÇOS**

16.1. A entrega do serviço se dará por meio de relatório de conclusão do estudo epidemiológicos, contados todos os exames realizados, dados estatísticos e demográficos, devidamente assinado por todos os responsáveis técnicos, acompanhado de laudo fotográfico da execução do serviço e liberação do site de consulta dos dados estatísticos com os devidos filtros anteriormente descritos.

### **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A dotação orçamentaria a ser utilizada para o registro de preços não há necessidade de reserva de dotação orçamentária, para efeito de futura contratação os recursos financeiros deverão ser indicados com o elemento de despesa correspondente bem como a fonte de recursos.

### **18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

18.1. O prazo de vigência contratual será de até 12 (doze) meses, a partir da data de publicação.



18.2. A ata de Registro de Preço terá sua vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada dentro dos ditames da lei 14.133/2021, tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Campina Verde/MG.

## **19. PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**

19.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo em relação aos dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objeto desta contratação, bem como se submeter às orientações e normas internas de segurança da informação vigentes, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

19.2. Os profissionais envolvidos na prestação do serviço deverão tomar conhecimento dos normativos da CONTRATANTE que regulamentam os aspectos de segurança;

19.3. Caso a CONTRATADA deseje divulgar parte ou todo conteúdo do levantamento de saúde de ATENÇÃO PRIMÁRIA, para fins de divulgação em revista científica, deverá protocolar pedido de autorização de publicação junto a Secretaria Municipal de Saúde e caso autorizada a publicação, deverá informar os dados referentes a mesma.

## **20. DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

GESTOR: MIGUEL ANGELO DE OLIVEIRA RIBEIRO

FISCAL :QUÊNIA BORGES DE ASSUNÇÃO

## **21. METODOLOGIA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

21.1. PREGÃO ELETRÔNICO ATENDENDO OS PRECEITOS DA LEI 14.133/2021;

21.2. MENOR VALOR GLOBAL;

21.3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.

## **22. DA SUBCONTRAÇÃO**

22.1. Será admitida a subcontratação, conforme previsão do art. 122 da Lei 14.133/2021, de parte do objeto;

22.2. Em caso de testes rápidos, a análise para obtenção do resultado poderá ser subcontratada, todavia a coleta deverá ser realizada por profissionais legalmente habilitados que tenham vínculo, seja CLT ou Contrato de Prestação de serviço, com a empresa CONTRATADA;

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente termo de referência, se trata de requisito legal, a fim de contemplar exigência nos processos de aquisições públicas, através da devida modalidade e exceções licitatórias previstas, podendo se habilitar ao certame, as empresas interessadas, desde que atendam às exigências do instrumento convocatório a ser publicado, atendendo os preceitos da Lei 14.133/2024

DATA DA ELABORAÇÃO DO TR: 28/05/2026

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

MIGUEL ANGELO DE OLIVEIRA RIBEIRO –

GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE



**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS  
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O CERTAME E/OU  
PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

A \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ nº ,

DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

I. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após

o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, §1º);

II. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele

relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

III. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

IV. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14,

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

V. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

VI. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

VII. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

VIII. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

XI. Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se eles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até



terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob penado art. 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(nome do representante legal pela empresa)

(nº. do RG do signatário ou outro documento equivalente) (nº. CPF do signatário)



#### ANEXO IV – DECLARAÇÃO LC 123/2006

A , inscrito no CPF/CNPJ nº , DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(nome do representante legal pela empresa)

(nº. do RG do signatário ou outro documento equivalente) (nº. CPF do signatário)



## ANEXO V – PROPOSTA

Setor de Licitação

Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG.

Prezado Senhor Pregoeiro,

Manifestando interesse em participar do processo licitatório instaurado por essa Prefeitura, vimos perante o Sr. Pregoeiro, tempestivamente, apresentar a nossa proposta como participante do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº. 08/2026.

Nesta oportunidade, para todos os fins e legais efeitos, declaramos que conhecemos os termos do Edital, bem assim o contido na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações. Assim, segue abaixo nossa proposta:

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor
1	VALOR HORA) CONSULTAS DIVERSAS POR MEIO DE TELEMEDICINA (CLÍNICO GERAL, GERIATRA, DERMATOLOGISTA, PSIQUIATRA, CARDIOLOGISTA, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO) LANÇAMENTO DE DADOS DE CONSULTA, ATUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO E RECEITUÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO.	SE	380	
2	APLICAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS EM DOMICÍLIO DE HIV, SÍFILIS, TUBERCULOSE, CLAMÍDIA, INFLUENZA A+B (H1N1), COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA. COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA	SE	1.900	



3	COLETA DE DADOS EM DOMICÍLIO E APLICAÇÃO DE INQUÉRITOS DE SAÚDE DIVERSOS UTILIZANDO DISPOSITIVO MÓVEL PARA COMPOR BASE DE DADOS CONSULTÁVEL VIA WEB COM LANÇAMENTO DE DADOS DE TRIAGEM INFORMADOS PELA ENFERMEIRA	SE	1.900	
4	LICENÇA DE 01 ANO DE SISTEMA INFORMÁTICO VIA WEB, PARA CONSULTA PELA INTERNET. O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE OS DADOS SEJAM COLETADOS POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS VIA APP E DISPONIBILIZAR ESSES DADOS COLETADOS VIA INTERNET EM TEMPO REAL, ASSIM COMO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ONDE ELES FORAM COLETADOS A FIM DE FACILITAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE. PERMITIR FILTRAR DADOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIOS POR SEXO, IDADE E COR. GERAR RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS DADOS COLETADOS POR QUESTÃO. O SISTEMA DEVERÁ GERAR PRONTUÁRIO DE CADA PESSOA ATENDIDA, ASSIM COMO INFORMAR AS RECEITAS ENVIADAS AOS PACIENTES, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DA CONSULTA POR TELEMEDICINA E O PROFISSIONAL QUE REALIZOU O ATENDIMENTO E O NÚMERO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO. O SISTEMA DEVE TER PROTEÇÃO DE DADOS E COM ACESSO POR MEIO DE LOGIN E SENHA, TODOS OS CUSTOS REFERENTES A HOSPEDAGEM DESSES DADOS E DEMAIS TAXAS REFERENTES AO BANCO DE DADOS DEVEM ESTAR INCLUSOS PELO PERÍODO DE UM ANO, ALÉM DISSO, TODA A PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA DEVER SER ENTREGUE POR MEIO DIGITAL E IMPRESSO DEVIDAMENTE ASSINADO PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, PARA SUPRIR OS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ALÉM DA LICENÇA DE 01(UM) ANO ESTÁ INCLUSO NESTE SERVIÇO SUPORTE ON-LINE DE 2A A 6A FEIRA DAS 08:00 AS 18:00HS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA CASO SEJA NECESSÁRIO. TANTO O TREINAMENTO, QUANTO A MANUTENÇÃO É REALIZADA DE FORMA REMOTA, NÃO ESTÃO INCLUSOS SERVIÇOS DE ALTERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ROTINAS	SE	01	
5	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE MAPA, HOLTER E ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	SE	380	
6	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE PLETISMOGRAFIA PARA DIAGNÓSTICO VASCULAR NÃO INVASIVO, PARA AVALIAR A PERFUSÃO E A QUALIDADE DO SISTEMA VASCULAR ARTERIAL, VENOSO E LINFÁTICO, ESPECIALMENTE NOS MEMBROS INFERIORES. RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DA SAÚDE VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA. VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE	SE	380	



	DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA.			
7	REALIZAÇÃO EM DOMICÍLIO DE TRIAGEM E AFERIÇÕES DE PRESSÃO ARTERIAL, BATIMENTO CARDÍACO, TEMPERATURA, CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL, PESO, ALTURA, IMC, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E CRIAÇÃO DE PRONTUÁRIO (ETAPA PRÉ-CONSULTA	SE	1900	

**VALOR TOTAL GLOBAL DOS ITENS : xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx)**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**E-mail:**

**Telefone / Fax:**

**Qualificação:**

Prazo de validade da proposta e Preço: Mínimo 60 (sessenta) dias, a partir da data da abertura da PROPOSTA COMERCIAL;

DECLARO que nos preços propostos encontram-se incluídas todas as despesas como: impostos, fretes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais ou quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços licitados, bem como declaro estar de acordo com todos os termos do Edital e seus anexos.

**Local e Data**

**Assinatura**



## **ANEXO VI – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

O licitante \_\_\_\_\_ inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_ ,  
DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de  
habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestada; E que cumpre as exigências  
de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, ambos  
previstas em lei e em outras normas específicas.  
Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do  
art. 299 do Código Penal.

(nome do representante legal pela empresa)  
(nº. do RG do signatário ou outro documento equivalente)  
(nº. CPF do signatário)



ANEXO VII  
MINUTA DO CONTRATO Nº. /2026

CONTRATO DE EMPREITADA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE MG, E DE OUTRO A EMPRESA ....., ATENDIDAS AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES, RECIPROCAMENTE ESTIPULADAS E ACEITAS A SABER:

Pelo presente CONTRATO, que firmam nesta data na cidade de Campina Verde, com sede na Rua Trinta, n 296, bairro Medalha Milagrosa, inscrito sob o CNPJ nº 18.457.291/0001-07, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Alan Borges de Oliveira, brasileiro, xxxx, inscrito no CPF xxxxx, residente e domiciliado xxxxx, CEP, doravante denominada CONTRATANTE e, por outro lado, a empresa xxxxxx, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na xxxxxxxx, CEP, , inscrita no CNPJ sob o nº. , representada pelo Sr. xxxxxxxx, brasileiro, inscrito sob o CPF: , portador da Carteira de Identidade, residente e domiciliado à xxxxxx, CEP, de agora em diante denominada CONTRATADA, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto deste Contrato registro de preços para eventual contratação de empresa terceirizada para estudo transversal de saúde com teleconsultas, aplicação de testes rápidos, exames cardiovasculares, vasculares e triagem de saúde, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Verde-MG, de acordo com Anexo I do Edital.

1.2 São partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição, o Processo Licitatório nº. 0015273/2026, PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº. 08/2026 e respectivas normas, especificações, despachos, pareceres, planilhas, e demais documentos dele integrantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

2.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da CONTRATADA:

- a) As empresas deverão cumprir fielmente com o prazo de entrega.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- c) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- d) Responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no edital.

2.2 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar permanentemente o objeto contratado;
- b) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- c) Intervir na execução do objeto, nos casos e condições previstos em lei;



- d) Zelar pela boa qualidade do objeto;
- e) Incentivar a competitividade.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 Os serviços, objeto da presente licitação, serão solicitados de acordo com a necessidade do Secretária Municipal de Saúde e deverão ser entregues em Campina Verde/MG, na sua sede Administrativa ou outro indicado expressamente na ordem de fornecimento.

3.2 Os serviços deverão ser prestados nos prazos indicados no Termo de Referência do devido edital após o recebimento da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento), devendo estes prazos serem cumpridos pela contratada, sob pena de rescisão e demais sanções previstas neste Edital, no contrato e na Lei nº. 14.133/2021 e alterações.

3.3 Na hipótese de haver situação alheia a vontade do fornecedor no que diz respeito a necessidade de maior prazo para entrega de determinado lote de medicamentos, o CONTRATADO deverá manifestar dilação do prazo de entrega no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da respectiva ordem de fornecimento, bem como propor alternativas para o pleno atendimento ao interesse público.

3.4 A solicitação será analisada pela administração que irá deliberar quanto a sua aceitabilidade;

3.5 Excepcionalmente, nos casos de calamidades, epidemias e surtos, os fornecedores poderão ser acionados para entrega dos medicamentos, pelos executores da compra, em prazos distintos daqueles previstos no item 3.2 deste termo de referência. Nessas situações o prazo de entrega será de 05 dias corridos.

3.6 As recusas ou atrasos de fornecimento serão consideradas como DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL SUJEITOS ÀS SANÇÕES PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTOS DOS SERVIÇOS

4.1 O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: O serviço será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de 02 dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características dos serviços que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

4.2 A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do serviço fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

4.3 Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

4.4 Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado com defeito, ou em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o serviço recusado ou complementar o serviço faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado nos subitens 4.1, ou, no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

4.5 Se a contratada não substituir ou complementar o serviço entregue em desconformidade com as condições editalícias, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

4.6 Glosada a nota fiscal, deverá o fiscal do contrato providenciar, junto à Secretaria da Fazenda, a emissão de nota fiscal para acompanhamento do serviço a ser devolvido, notificando a Contratada para que proceda à retirada deste, às suas expensas, no prazo de 60 dias, contados do recebimento da notificação.

4.7 O material recusado que não for retirado pela Contratada no prazo estabelecido será enviado a entidades filantrópicas sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública federal, ou para Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O valor global estimado do fornecimento, ora contratado é de R\$ ..... ( ..... ), fixo e irrevogável. A quantidade, preço unitário e outras informações constam na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor
1	VALOR HORA) CONSULTAS DIVERSAS POR MEIO DE TELEMEDICINA (CLÍNICO GERAL, GERIATRA, DERMATOLOGISTA, PSIQUIATRA, CARDIOLOGISTA, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO) LANÇAMENTO DE DADOS DE CONSULTA, ATUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO E RECEITUÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO.	SE	380	
2	APLICAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS EM DOMICÍLIO DE HIV, SÍFILIS, TUBERCULOSE, CLAMÍDIA, INFLUENZA A+B (H1N1), COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA. COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA	SE	1.900	
3	COLETA DE DADOS EM DOMICÍLIO E APLICAÇÃO DE INQUÉRITOS DE SAÚDE DIVERSOS UTILIZANDO DISPOSITIVO MÓVEL PARA COMPOR BASE DE DADOS CONSULTÁVEL VIA WEB COM LANÇAMENTO DE DADOS DE TRIAGEM INFORMADOS PELA ENFERMEIRA	SE	1.900	
4	LICENÇA DE 01 ANO DE SISTEMA INFORMÁTICO VIA WEB, PARA CONSULTA PELA INTERNET. O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE OS DADOS SEJAM COLETADOS POR MEIO	SE	01	



	DE DISPOSITIVOS MÓVEIS VIA APP E DISPONIBILIZAR ESSES DADOS COLETADOS VIA INTERNET EM TEMPO REAL, ASSIM COMO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ONDE ELES FORAM COLETADOS A FIM DE FACILITAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE. PERMITIR FILTRAR DADOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIOS POR SEXO, IDADE E COR. GERAR RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS DADOS COLETADOS POR QUESTÃO. O SISTEMA DEVERÁ GERAR PRONTUÁRIO DE CADA PESSOA ATENDIDA, ASSIM COMO INFORMAR AS RECEITAS ENVIADAS AOS PACIENTES, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DA CONSULTA POR TELEMEDICINA E O PROFISSIONAL QUE REALIZOU O ATENDIMENTO E O NÚMERO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO. O SISTEMA DEVE TER PROTEÇÃO DE DADOS E COM ACESSO POR MEIO DE LOGIN E SENHA, TODOS OS CUSTOS REFERENTES A HOSPEDAGEM DESSES DADOS E DEMAIS TAXAS REFERENTES AO BANCO DE DADOS DEVEM ESTAR INCLUSOS PELO PERÍODO DE UM ANO, ALÉM DISSO, TODA A PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA DEVER SER ENTREGUE POR MEIO DIGITAL E IMPRESSO DEVIDAMENTE ASSINADO PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, PARA SUPRIR OS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ALÉM DA LICENÇA DE 01(UM) ANO ESTÁ INCLUSO NESTE SERVIÇO SUPORTE ON-LINE DE 2A A 6A FEIRA DAS 08:00 AS 18:00HS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA CASO SEJA NECESSÁRIO. TANTO O TREINAMENTO, QUANTO A MANUTENÇÃO É REALIZADA DE FORMA REMOTA, NÃO ESTÃO INCLUSOS SERVIÇOS DE ALTERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ROTINA			
5	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE MAPA, HOLTER E ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	SE	380	
6	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE PLETISMOGRAFIA PARA DIAGNÓSTICO VASCULAR NÃO INVASIVO, PARA AVALIAR A PERFUSÃO E A QUALIDADE DO SISTEMA VASCULAR ARTERIAL, VENOSO E LINFÁTICO, ESPECIALMENTE NOS MEMBROS INFERIORES. RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DA SAÚDE VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA. VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA.	SE	380	
7	REALIZAÇÃO EM DOMICÍLIO DE TRIAGEM E AFERIÇÕES DE PRESSÃO ARTERIAL, BATIMENTO CARDÍACO, TEMPERATURA, CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL, PESO, ALTURA, IMC, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E CRIAÇÃO DE PRONTUÁRIO (ETAPA PRÉ-CONSULTA	SE	1900	





5.2 O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, sempre mediante a apresentação de:

5.2.1 Atesto de recebimento dos serviços com declaração expressa de que os mesmos atendem ao interesse público quanto a eficiência, durabilidade e sustentabilidade; e as condições previstas no presente edital;

5.3 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

6.1 Após o período de 12 meses do início do presente contrato, poderá haver o reajuste dos valores pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que será concedido somente após a solicitação da contratada, sob pena de preclusão.

6.2 Conforme disposto no Inciso I e caput do Artigo 124 da Lei Federal nº. 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pelo Município, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado para serviços e compras.

6.3 Poderá também ser alterado por acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

6.3.1 No caso de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente à Prefeitura Municipal de Campina Verde/MG, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido – ofício/declaração com a composição dos custos de prestação dos serviços e notas fiscais que comprovem o real desequilíbrio econômico-financeiro do valor do serviço, sendo que o pedido será ratificado pela Secretaria responsável, através de pesquisa de mercado a fim de comprovar os valores atuais dos serviços, caso seja necessário; e encaminhado à Procuradoria Jurídica do município para o devido parecer.

6.3.1.1 O pedido deve vir acompanhando, ainda, das Certidões Negativas de Débitos e da Declaração de Pleno Atendimento, conforme apresentado para participação no certame.

6.3.1.2 O pedido será analisado e respondido em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da documentação completa via e-mail ou correio.

6.3.1.3 Caso seja indeferido por falta de documentação comprobatória, a Contratada poderá fazer as correções e encaminhar novamente para análise, que será feita em até 15 (quinze) dias úteis.

6.3.1.4 Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Contratada deverá continuar a executar os serviços das NAFs que forem emitidas. A partir da formalização do Termo Aditivo, caso o pedido seja deferido, é que as NAFs serão emitidas com o valor reequilibrado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, ou durante a vigência dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes nos termos da Lei 14.133/2021.

#### CLÁUSULA OITAVA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

8.1 A presente aquisição está constante na Lei Orçamentária Anual 2026 do município de Campina Verde Estado de Minas Gerais.



8.2 No município de Campina Verde/MG a dotação orçamentária que suportará a presente despesa está disposta a seguir:

02.02.10.02.10.301.0013.08.2.201.3.3.90.39.0000

Ficha:363

Fonte:1600

## CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

9.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I. Advertência (art. 156, § 2º)

II. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

III. Multa de 10%

IV. Qualquer infração (art. 156, § 3º).

V. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campina Verde, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º)

VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º)

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I. Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II. Incisos III e IV do item 1:



- a. Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b. O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e. A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);
- f. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

I. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

II. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

III. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

9.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

9.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

9.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

9.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

9.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

9.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

9.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Campina Verde, exigidos,



cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II. Pagamento da multa;

III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

9.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021)

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

- a. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;
- e. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

10.2. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b. Assegurarão ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art.136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou comprasque acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis,independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



d. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

e. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

10.4. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

10.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a. Devolução da garantia;
- b. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c. Pagamento do custo da desmobilização.

10.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c. Execução da garantia contratual para:

I. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

II. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

III. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

IV. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível

d. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

10.8. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

10.9. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente

10.10. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

## CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO



12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Campina Verde-MG, para dirimir questões oriundas deste Contrato. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Campina Verde-MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Para contratante:  
ALAN BORGES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Para contratada:

Testemunhas:





ANEXO VIII  
ATA REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 000/2026.  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 08/2026.  
PROCESSO N.º 0015273/2026.  
VALIDADE: 1 ANO.

O MUNICÍPIO DE CAMPINA VERDE-MG, inscrito no CNPJ 18.457.291/0001-07, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Trinta, n.º 296, Bairro Medalha Milagrosa, Campina Verde-MG, CEP 38.270-000, neste ato representado pela Prefeito Municipal, Sra. Alan Borges de Oliveira, nos termos da Lei 14.133/2021, Lei Complementar 123/06 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão, na forma eletrônica, PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2026, por deliberação do Pregoeiro oficial, e, homologado conforme processo licitatório n.º 0015273/2026, RESOLVE registrar os preços para a contratação dos serviços constantes desta ata e seus anexos, a serem utilizados pelo Município de Campina Verde-MG, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa signatária desta ata xxxxxxxxxxxx, CNPJ xxxxx, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, observadas as cláusulas e condições que se seguem:

01 - DO OBJETO: ESPECIFICAÇÕES - QUANTITATIVOS – PREÇO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa terceirizada para estudo transversal de saúde com teleconsultas, aplicação de testes rápidos, exames cardiovasculares, vasculares e triagem de saúde, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Verde-MG, constantes da tabela abaixo, em que são discriminados a especificação, consumo estimado e o valor unitário, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação.

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor
1	VALOR HORA) CONSULTAS DIVERSAS POR MEIO DE TELEMEDICINA (CLÍNICO GERAL, GERIATRA, DERMATOLOGISTA, PSIQUIATRA, CARDIOLOGISTA, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO) LANÇAMENTO DE DADOS DE CONSULTA, ATUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO E RECEITUÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO. NAS CONSULTAS COM CARDIOLOGISTA ESTARÃO INCLUSOS EXAMES CARDIOVASCULARES COMO MAPA 24HS, ELETROCARDIOGRAMA, HOLTER E DETECÇÃO DE FIBRILAÇÃO ATRIAL CASO O MESMO JULGAR NECESSÁRIO.	SE	380	
2	APLICAÇÃO DE TESTES RÁPIDOS EM DOMICÍLIO DE HIV, SÍFILIS, TUBERCULOSE, CLAMÍDIA, INFLUENZA A+B (H1N1), COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES,	SE	1.900	

	VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA. COVID-19, HEPATITE A, B E C DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA, GLICEMIA, COLESTEROL, GIÁRDIA, TOXOPLASMOSE, TROPONINA CARDÍACA TIPO I, D-DÍMERO, MALÁRIA, ROTAVÍRUS, ADENOVÍRUS, CITOMEGALOVÍRUS, GRAVIDEZ, H-PYLORI, PSA, HERPES, VITAMINA D, HEMOGLOBINA GLICADA, PERFIL LIPÍDICO, TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE CA15-3 E/OU TESTE RÁPIDO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE CEA, CONFORME DEMANDA CLÍNICA			
3	COLETA DE DADOS EM DOMICÍLIO E APLICAÇÃO DE INQUÉRITOS DE SAÚDE DIVERSOS UTILIZANDO DISPOSITIVO MÓVEL PARA COMPOR BASE DE DADOS CONSULTÁVEL VIA WEB COM LANÇAMENTO DE DADOS DE TRIAGEM INFORMADOS PELA ENFERMEIRA	SE	1.900	
4	LICENÇA DE 01 ANO DE SISTEMA INFORMÁTICO VIA WEB, PARA CONSULTA PELA INTERNET. O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE OS DADOS SEJAM COLETADOS POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS VIA APP E DISPONIBILIZAR ESSES DADOS COLETADOS VIA INTERNET EM TEMPO REAL, ASSIM COMO A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE ONDE ELES FORAM COLETADOS A FIM DE FACILITAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE. PERMITIR FILTRAR DADOS PARA EMISSÃO DE RELATÓRIOS POR SEXO, IDADE E COR. GERAR RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS DADOS COLETADOS POR QUESTÃO. O SISTEMA DEVERÁ GERAR PRONTUÁRIO DE CADA PESSOA ATENDIDA, ASSIM COMO INFORMAR AS RECEITAS ENVIADAS AOS PACIENTES, DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DA CONSULTA POR TELEMEDICINA E O PROFISSIONAL QUE REALIZOU O ATENDIMENTO E O NÚMERO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO. O SISTEMA DEVE TER PROTEÇÃO DE DADOS E COM ACESSO POR MEIO DE LOGIN E SENHA, TODOS OS CUSTOS REFERENTES A HOSPEDAGEM DESSES DADOS E DEMAIS TAXAS REFERENTES AO BANCO DE DADOS DEVEM ESTAR INCLUSOS PELO PERÍODO DE UM ANO, ALÉM DISSO, TODA A PESQUISA EPIDEMIOLÓGICA DEVER SER ENTREGUE POR MEIO DIGITAL E IMPRESSO DEVIDAMENTE ASSINADO PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, PARA SUPRIR OS INTERESSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ALÉM DA LICENÇA DE 01(UM) ANO ESTÁ INCLUSO NESTE SERVIÇO SUPORTE ON-LINE DE 2A A 6A FEIRA DAS 08:00 AS 18:00HS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA CASO SEJA NECESSÁRIO. TANTO O TREINAMENTO, QUANTO A ANUTENÇÃO É REALIZADA DE FORMA REMOTA, NÃO ESTÃO INCLUSOS SERVIÇOS	SE	01	

	DE ALTERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ROTINA			
5	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE MAPA, HOLTER E ELETROCARDIOGRAMA (ECG)	SE	380	
6	REALIZAÇÃO DE EXAMES EM DOMICÍLIO DE PLETISMOGRAFIA PARA IAGNÓSTICO VASCULAR NÃO INVASIVO, PARA AVALIAR A PERFUSÃO E A QUALIDADE DO SISTEMA VASCULAR ARTERIAL, VENOSO E LINFÁTICO, ESPECIALMENTE NOS MEMBROS INFERIORES. RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DA SAÚDE VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA. VASCULAR, AUXILIANDO NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE RISCOS, COMO O DE AMPUTAÇÃO DE MEMBROS, E NA ORIENTAÇÃO TERAPÊUTICA.	SE	380	
7	REALIZAÇÃO EM DOMICÍLIO DE TRIAGEM E AFERIÇÕES DE PRESSÃO ARTERIAL, BATIMENTO CARDÍACO, TEMPERATURA, CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL, PESO, ALTURA, IMC, SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO E CRIAÇÃO DE PRONTUÁRIO (ETAPA PRÉ-CONSULTA	SE	1900	

1.2. A tabela acima não suprime as condições gerais e estabelecidas no termo de referência, apenas as reitera e complementa.

1.3. A "quantidade" do SERVIÇO (SV), foi definida levando-se em conta a periodicidade mensal para efeitos de remuneração e aferição da execução.

1.4. Os resultados deverão ser disponibilizados por meio de sistema de informática, via web, com funcionalidade de consulta pela internet, permitindo se filtrar dados para emissão de relatórios com acesso por meio de login e senha que permita filtrar o conteúdo por sexo, idade e cor, já devendo estar incluso hospedagem e demais taxas referente ao banco de dados pelo período de um ano, além disso toda a pesquisa epidemiológica deve ser entregue por meio digital e impresso devidamente assinado pelos responsáveis técnicos, incluindo portabilidade ao fim do contrato em formato aberto e eliminação segura dos dados, sendo vedado uso secundário para outros fins.

1.5. A prestadora deverá guardar sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela Administração ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer divulgação e reprodução dos mesmos, durante a vigência do contrato e mesmo após o seu término.

1.6. Todas as informações, resultados, relatórios, prontuários do paciente, e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela prestadora durante a execução do objeto do contrato serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

1.7. As normas ambientais e de segurança do trabalho e as normas regulamentares da ABNT/INMETRO devem ser rigorosamente observadas pela prestadora registrada, sob pena de sua exclusiva responsabilização.

1.8. A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a prestadora beneficiária da ata de registro de preços venha a empregar na execução do objeto.

1.9. De acordo com a legislação vigente a prestadora registrada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço ou de metodologias empregados, ainda que após o recebimento.

1.10. Os serviços executados deverão ser garantidos contra defeito, imperfeições, imprecisões, deficiências



técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, contado a partir da data do recebimento pelo Município de Campina Verde/MG, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90.

1.12. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto desta licitação, sem prévia autorização do Município.

1.13. O serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, em tempo hábil que não comprometa o tratamento dos pacientes atendidos, com reexecução no prazo estabelecido ou glosa proporcional, após solicitação pelo Setor Requisitante

## 02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 1 (UM) ANO, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência da prestadora beneficiária, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

## 03 - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, não participante do registro de preços, desde que respeitado o edital da licitação e seus anexos, observadas a regulamentação estabelecida pelo Decreto 11.462/2023, sobretudo em relação ao limite dos quantitativos permitidos.

## 04 - DO PREÇO

4.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dela e de seus (eventuais) anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 08/2026.

4.2. Em cada execução decorrente desta Ata serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital, que integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 08/2026 pelo prestador beneficiário da presente Ata.

4.4. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações e encargos inerentes à execução do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

## 05 - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Local da prestação/execução: o local de execução será determinado por ocasião da expedição da solicitação/ordem de serviço ou instrumento equivalente, tendo em vista a natureza e especificidades do serviço ora referenciado.

5.2. Prazo para início da execução contratual: serviços solicitados deverão ser prestados em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação/ordem de serviço ou instrumento equivalente, tendo em vista a natureza técnica do objeto.

## 06 - DO PAGAMENTO

6.1. Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Tesouraria Municipal, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

6.2. O pagamento das faturas/notas fiscais seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas, e, em especial junto ao INSS e FGTS.

6.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à



prestadora beneficiária e o pagamento ficará pendente até que providencie as medidas saneadoras.

6.4. Na hipótese a que se refere o subitem acima, o pagamento ocorrerá em até 30(trinta) dias após a data de nova reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

6.5. A prestadora beneficiária deverá faturar as entregas por ordem de serviço/requisição recebidas, sendo vedado acúmulo de pedidos por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. Desta forma, fica expressamente proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou com acumulado de entregas/fornecimentos superior a um mês.

6.6. As notas fiscais relativas ao mês de dezembro devem ser emitidas, impreterivelmente, até a data de 31.12, do exercício financeiro corrente, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.

6.7. Não será efetuado qualquer pagamento à prestadora beneficiária enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.8. O Município poderá sustar o pagamento a que a prestadora beneficiária tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

6.9. Os pagamentos efetuados à prestadora beneficiária não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do ajuste firmado, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade.

6.10. O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela prestadora beneficiária.

## 7 - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestadora beneficiária do presente Registro de Preços, será obrigada a atender todas as ordens de serviço/pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

7.2. Se a qualidade dos serviços entregues não corresponder às especificações exigidas no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, o serviço deverá ser refeito em tempo hábil que não comprometa o tratamento dos pacientes atendidos, com reexecução no prazo estabelecido ou glosa proporcional, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. Cada execução deverá ser efetuada mediante ordem do Setor Requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o local da execução, a identificação do requisitante, o relatório médico ou técnico correspondente, e a assinatura do responsável.

7.4. Os serviços deverão ser prestados/recebidos acompanhados da respectiva Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, conforme o caso.

7.5. A prestadora beneficiária da presente ata, fica obrigada a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre as quantidades estimadas nos contratos decorrentes desta Ata.

7.6. A prestadora beneficiária se obriga a comparecer à sede do Município, ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação, para esclarecimento de quaisquer problemas relativos à execução dos serviços ora registrados

## 08 - DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva neste registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo participante a aplicação





da penalidade.

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao gerenciador qualquer das ocorrências previstas no instrumento convocatório, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro da prestadora.

8.4. As hipóteses de cancelamento do registro de preços e/ou rescisão contratual, quando incidentes por fato causado pela prestadora beneficiária do registro, poderão ser cumuladas com as respectivas penalidades, sem prejuízo da cumulação de eventuais multas pertinentes ao caso.

8.5. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Campina Verde-MG, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso

## 09 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Considerado o prazo de vigência, estabelecido no item “2.1”, da Cláusula Segunda, da presente Ata, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no Art. 124, caput, II, d, da Lei 14.133/2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento, revisão ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei 14.133/2021.

9.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

9.3. Pedidos de revisão ou repactuação devem ser formalizados pelo interessado, contemplando os motivos de fato e de direito que embasam a alteração pleiteada.

## 10 - DAS HIPÓTESES DE NEGOCIAÇÃO ACERCA DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a prestadora beneficiária será convocada para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a prestadora beneficiária será liberada deste compromisso assumido, quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. Na hipótese acima, serão convocados os licitantes ou prestadores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item “1, a e 2, a”, do ANEXO desta ata.

10.1.3. Caso as negociações não tenham êxito, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro de preços, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no item “13.1”, desta ata, sendo adotadas medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

10.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e a prestadora beneficiária não puder cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, quanto ao item registrado, será facultado requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que a impossibilite de cumprir o compromisso ora assumido.

10.2.1. A prestadora beneficiária encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas nesta ata.

10.2.2. Caso não comprove a existência de fato superveniente que inviabilize o preço ora registrado, o pedido será indeferido e a prestadora beneficiária deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, sob pena de cancelamento do seu registro, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no item “12.1,c”, desta ata,





sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei 14.133/2021.

10.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro da prestadora beneficiária, quanto ao item registrado, nos termos do acima disposto, serão convocados os prestadores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item "1,a e 2,a", do ANEXO desta ata.

10.2.4. Caso as negociações não tenham êxito, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro de preços, quanto ao item registrado, nos termos do disposto no item "13", desta ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5. Na hipótese de comprovação do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

10.3. O gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços sobre a efetiva alteração de preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no instrumento convocatório.

## 11 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1. O registro da prestadora beneficiária será CANCELADO, total ou parcialmente, pelo gerenciador, quando:

- a) descumprir as condições desta ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item "10", desta ata;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do Art. 156, da Lei 14.133/2021.
- e) não aceitar o preço revisado pela Administração.

11.2. Na hipótese prevista no Item "12.1, c)", caso a penalidade aplicada à prestadora beneficiária não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção deste registro de preços, vedadas novas contratações decorrentes desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3. O cancelamento do registro da prestadora beneficiária será formalizado por despacho do Prefeito, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4. Na hipótese de cancelamento do registro da prestadora beneficiária, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

## 12 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido da prestadora beneficiária, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item "10", desta ata.

12.2. O cancelamento dos preços registrados será formalizado por despacho do Prefeito, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Na hipótese de cancelamento dos preços registrados, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## 13 - DA AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

13.1. As contratações do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Setor requisitante/gerenciador.

## 14 - DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços da(s) primeira(s) classificada(s) e as especificações registradas na presente Ata encontram-se



indicado(s) no(s) no respectivo mapa de lances, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório

## 15- DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Os contratos decorrentes da presente ata terão sua vigência definida no próprio instrumento contratual, conforme o disposto no Art. 105, da Lei 14.133/2021, observados os respectivos créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

15.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

15.3. Os contratos decorrentes desta Ata poderão sofrer alteração conforme dispõe o Art. 124, da Lei 14.133/2021.

15.4. Os contratos decorrentes desta Ata deverão ser assinados dentro do prazo de validade estabelecido no item "2.1", desta ata de registro de preços.

15.5. A contratação decorrente do presente registro de preços se formalizará, preferencialmente, mediante ordem de serviço/pedido de compra ou instrumento equivalente, observadas as cláusulas e condições deste edital, desta Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora, podendo se verificar também por instrumento contratual, nos moldes estabelecidos pelo Art. 95 da Lei 14.133/2021, assinados no prazo de validade da ata de registro de preços

## 16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão eletrônico SRP n.º 08/2026, as propostas das empresas classificadas no respectivo certame e o cadastro de reserva, se for o caso.

16.2. Fica expressamente vedada a participação do Município em outras atas de registro de preços com o mesmo objeto desta, observando-se o prazo de validade disposto no item "2.1", da Cláusula Segunda, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, concernente a itens que restaram ora fracassados e/ou desertos, o que, por consequência, demande realização de novo processo licitatório para complementar o presente registro de preços.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133/2021, Decreto 11.462/2023, LC 123/06, e demais normas aplicáveis à matéria. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

16.4. Os preços inicialmente registrados/contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da prestadora registrada, serão reajustados mediante a aplicação do INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme critérios e condições estabelecidas no termo de referência.

16.5. Fica eleito o foro desta Comarca de CAMPINA VERDE-MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campina Verde-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas